

## Ata

Sessão de Assembleia Municipal

Assembleia Municipal

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

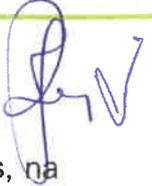
Centro de Convívio Gave  
Sessão Ordinária n° 15  
de 22 - 06 - 2024

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Bárbara Cristina Ribeiro Lima a)	1º Secretário	P
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	F
Manuel Cândido Afonso b)	P	David Manuel Barbeitos	P
Márcio Alves c)	P	Joaquim Silva	P
Diogo Alexandre Rodrigues Pereira d)	P	Agostinho Alves	P
Maria José Rodrigues Dias	P	Alberto José Domingues f)	P
António Manuel Domingues	P	Patrício Cordeiro g)	F
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	P	Alfredo Domingues	F
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	Amadeu Esteves	P
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	F	Ricardo Jorge Alves	P
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Manuel Fernando Teixeira Pereira	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P		
e) Maria das Dores Vaz Fernandes	P		

**P-Presença F-Falta**

- a) Substitui Catarina Aurora Rodrigues Mira
- b) Substitui Pedro João Mendes de Sousa e Silva
- c) Substitui Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues
- d) Substitui Vítor Jorge Castro Rodrigues
- e) Substitui Ariana A. Rodrigues Fernandes
- f) Substitui Amado Dias
- g) Substitui Edgar F. Barreiros Rodrigues

Barbara Lima 

A Presidente da Assembleia Municipal começou por agradecer aos anfitriões, na pessoa do Presidente da Junta, Agostinho Alves, por nos ter acolhido neste espaço lindíssimo. Já estivemos aqui noutras situações e o espaço é muito acolhedor e adequado para acontecer esta reunião descentralizada. Desejou a todos uma boa sessão, um bom trabalho e deu início à reunião. Avisou que recebeu uma notificação, hoje de manhã, da deputada Alexandra Táboas a dizer que estava doente e, portanto, não houve tempo para proceder à sua substituição. Após a verificação da existência de quórum, a Presidente da Assembleia, antes de colocar à votação a ata da última reunião, referiu que o senhor deputado José Albano Domingues a alertou para um erro numa sigla. Onde estava escrito "CISA", na linha um da página doze e na linha vinte e oito da página quinze, devia estar escrito "CISAM", que é o Centro Interparoquial e Social do Alto Mouro. Com estas alterações, colocou a ata à consideração da Assembleia. Não se verificando nenhuma intervenção sobre a mesma, foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções, uma do Deputado Manuel Rodrigues e outra do Deputado Alfredo Domingues, por não estarem presentes na reunião.

<b>Assunto n.º1</b>	<b>Período de "Antes da Ordem do Dia"</b>
---------------------	---

A Presidente da Assembleia abriu o período antes da ordem do dia, tendo solicitado o uso da palavra os deputados: Manuel Luís Gonçalves, Maximiano Gonçalves, Aurora Soares, Augusto Pinto, Paulo Cerdeira, Vítor Cardadeiro, Diogo Pereira, David Barbeitos e José Albano Domingues.

Usou da palavra o Deputado Manuel Luís Gonçalves que, após cumprimentar a Assembleia, registou com agrado o facto de estarmos nesta reunião na freguesia da Gave, sendo a segunda vez que o órgão deliberativo do Município faz uma reunião descentralizada. Referiu que até ao final do mandato já não conseguiremos passar por todas as freguesias, mas registou as reuniões descentralizadas como uma ótima iniciativa de proximidade com a população e felicitou o Presidente da Junta de Freguesia, Agostinho Alves, pela forma como nos recebeu e também felicitou o Senhor Presidente da Câmara por tudo o que ao longo destes três mandatos fez pela freguesia, o que deve orgulhar toda a população.

Báscua Lima 

O motivo da sua intervenção prende-se com uma moção que pretende apresentar em representação do Partido Socialista quanto à recente notícia da instalação da linha de alta tensão Ponte de Lima- Fonte Fria, que irá afetar uma parte do nosso concelho. Esclareceu que a apresenta para efeito de votação e, se possível, para ser feita em nome desta Assembleia Municipal. Passou à leitura da moção, que segue em anexo a esta ata.

A Presidente da Assembleia colocou a moção à consideração da Assembleia.

Pediu a palavra o deputado José Albano para dizer que a bancada do PSD se associa à moção e que a votarão favoravelmente. Referiu concordarem e subscreverem a moção de repúdio relacionada com a linha de alta tensão, com origem em Vila Fria, Ponte de Lima, e que atravessaria cinco concelhos do distrito de Viana do Castelo, incluindo Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Monção e Melgaço.

A Presidente da Assembleia colocou a moção à votação e esta foi aprovada por unanimidade. A Mesa da Assembleia, encaminhará a moção às entidades referidas na mesma, em nome de toda a Assembleia Municipal.

Em seguida, interveio o Deputado Maximiano Gonçalves. O senhor Deputado, após cumprimentar a Mesa, o executivo, os Deputados e o público presente, partilhou que é uma honra estar na Gave e enviou um cumprimento especial ao Presidente da Junta, Agostinho Alves, pela agradável receção. Tem algumas recordações de ter dado aqui aulas e estar cá como membro da Assembleia Municipal deixa-lhe algum sentimento que todos nós compreenderemos. Trouxe dois assuntos que são públicos e quer dar conta deles e depois quer deixar umas questões ao Senhor Presidente da Câmara para que, se possível, as esclareça. Em primeiro lugar, congratulou-se, em nome da bancada do Partido Socialista, pela renovação do selo de prata que certifica o concelho de Melgaço como destino de turismo sustentável. A renovação desta certificação comprova o trabalho que se tem feito para continuar a responder aos critérios fundamentados e pelo padrão normativo da entidade que é a Earth Check, que ruma a um concelho cada vez mais sustentável. O Município volta a estar nos destinos turísticos mais sustentáveis do mundo, sendo até ao momento o único município situado no Parque Nacional da Peneda Gerês com esta distinção. Este processo iniciou-se em 2017, quando Melgaço se posicionou no

Barbara  
Lima



panorama nacional como destino de natureza mais radical de Portugal, no seguimento da aprovação do seu plano estratégico de desenvolvimento para o setor do turismo. Em 2021 alcançou o selo de bronze, em 2022 o selo de prata e em 2023 a renovação do mesmo selo. Em Portugal, esta certificação só abrange o município de Baião, a Região Autónoma dos Açores, a Região Autónoma da Madeira e o concelho de Melgaço.

Outro assunto que trouxe para a reunião, e que já deve ser de conhecimento de todos, é que no passado dia vinte de maio, o projeto de atividade promovido pelo Município de Melgaço foi distinguido com o selo de qualidade na vertente de programas de atividade física sénior. Uma distinção atribuída pela Cidade Social, entidade responsável pelo programa “Município Amigo do Desporto”. É uma distinção e um reconhecimento público, de excelência, pelas práticas adotadas na promoção do desporto, da atividade física, em proporcionar oportunidades de atividade desportiva e física à comunidade sénior, promovendo um estilo de vida ativo e saudável. Este selo de qualidade reconhece os programas de atividade física sénior que cumpram com critérios relacionados com segurança, qualidade técnica e profissional, equipamentos, infraestruturas, materiais de apoio, gestão e melhoria do programa. Comunicou que este projeto de atividade já foi distinguido em diversas formas e tem sido dado como exemplo na vertente de atividade física para seniores. Trata-se de um projeto destinado aos seniores do concelho, que teve início em dois mil e dezasseis, através de uma pareceria com o Município, o Centro de Saúde, o curso de Desporto e Lazer, o IPVC, a MELSPORT e as IPSS'S. Posteriormente, o projeto foi alargado às freguesias de Castro Laboreiro, Cousso, Gave e Cubalhão e a toda a comunidade sénior em geral. Neste momento, integram o projeto cerca de duzentos seniores e tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população e adaptar as suas atividades que são orientadas por um profissional de desporto, acompanhado por uma supervisora da equipa de enfermagem. É realizado no Centro de Estágios de Melgaço e em diversas freguesias do concelho. O projeto pretende que a intervenção da enfermagem continue a contribuir, tal como o exercício físico, para o controlo da diabetes, da hipertensão, da autoestima do idoso, promover o aumento da ingestão de líquidos, os cuidados de higiene e diminuir, especialmente, a solidão e a depressão. A todas as

Bábara  
Lima

entidades envolvidas, que já referiu atrás, deixou o seu apreço e agradecimento pela continuidade deste projeto.

De seguida avançou para as questões que pretendia que o Presidente da Câmara esclarecesse. A primeira trata-se do concurso de transportes efetuado pela CIM-Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. Pediu informações sobre o concurso internacional que foi lançado em novembro de dois mil e vinte e três. É público que houve uma operadora que venceu este concurso, mas também, segundo notícias, há uma ou duas empresas que contestaram, dentro das suas possibilidades e dos seus direitos, o resultado do mesmo junto do Tribunal Administrativo do Porto. O Deputado solicitou que o Presidente da Câmara e também Presidente da CIM nos informasse sobre esta situação.

Outra questão que colocou está relacionada com o concurso público para a concessão do destino turístico das casas fronteiriças de São Gregório. Adiantou que, pelo que sabe, o concurso já está terminado e gostaria que o Senhor Presidente falasse sobre o ponto de situação do mesmo. Por último, inquiriu o Senhor Presidente sobre o ponto de situação da Zona Industrial de Alvaredo e também sobre o ponto de situação do projeto de habitação, também ele em Alvaredo, uma vez que mudamos de governo.

Terminada a intervenção do Deputado Maximiano Gonçalves, a Presidente da Mesa deu a palavra à Deputada Aurora Soares. Após cumprimentar a Assembleia, deixou um cumprimento especial ao Presidente de Junta da Freguesia da Gave por nos receber nesta sala. Trouxe apenas duas questões para o Presidente da Câmara, se possível, esclarecer. Em primeiro lugar, referiu que, embora não goste de ser repetitiva nas suas intervenções, enquanto as situações não se encontrem resolvidas repeti-las-á as vezes que forem necessárias. Já é a terceira ou quarta vez que refere a necessidade de recolocação dos equipamentos no parque de skates do Rio do Porto. Mais uma vez questionou o Sr. Presidente se já tem uma data prevista para a recolocação de tais equipamentos, retirados do parque há cerca de um ano. Referiu, ainda, que, inicialmente, lhe foi dito que seriam recolocados no início do ano 2024 e que já estamos a meio do ano e nada foi feito, sendo que estamos no início das férias de verão e os jovens melgacenses, praticantes desta atividade, têm questionado a

Bárbara  
Lima 

oposição sobre o assunto. Disse, ainda, que tais jovens terão muito mais tempo disponível nas férias de verão e pretendem ocupar parte desse tempo a praticar skate aqui no concelho, até porque os pais não estarão de férias para os poderem levar à Caniza ou a outro concelho para o efeito. A Deputada concluiu apelando ao Sr. Presidente para que, desta vez, cumpra o prometido e não desiluda, novamente, os jovens melgacenses obrigando-os a deslocarem-se aos concelhos vizinhos para poderem usufruir daquilo que gostam e não têm no nosso concelho.

Questionou, também, o Sr. Presidente sobre o ponto de situação do espelho de água de Castro Laboreiro, perguntando se já há alguma decisão por parte da APA e, nesse caso, se a decisão foi favorável, porque motivo as obras não avançam. Mais questionou, em que ponto se encontra o processo de contraordenação, se o mesmo já foi arquivado ou ainda está em curso.

De seguida, tomou palavra o Deputado Augusto Pinto. Começou por cumprir a Assembleia e expressou os seus sinceros parabéns por se ter descentralizado mais uma sessão. Acrescentou que a descentralização é sempre no sentido de promover uma maior interação entre o órgão deliberativo e a comunidade e encorajou a que continuassem com estas iniciativas, deixando um agradecimento especial ao Presidente de Junta Agostinho Alves por esta receção. Recordou que na sua última intervenção sobre as casas fronteira de São Gregório, nomeadamente no que concerne ao concurso do projeto para requalificação do espaço, disse que era muito pouco provável que alguém mostrasse interesse naquele projeto dado o modelo em que foi apresentado. Disse também que não acreditava que alguém se predispusesse a fazer um investimento inicial na requalificação, um investimento superior a 2,5 milhões de euros e explicou o porquê do ceticismo. O tempo veio dar-lhe razão. Passado o prazo de apresentação de propostas, ficamos a saber que o concurso ficou deserto, isto é, não houve interessados. Depois de tantos anúncios e promessas do projeto para aquele local, este é mais um que não avança. Lamentou porque o espaço em causa merece outro destino que não seja o abandono absoluto em que se encontra. Há sempre um “mas” e julga que o Senhor Presidente ainda vai a tempo de remediar o projeto de alguma forma. Lembrou-se do PRR - Programa de Recuperação e Resiliência - e questionou o porquê de o município não empreender o projeto que esteve a concurso e promover um contrato de concessão ou de exploração do espaço. Nada

Barbara  
Lima

que o município não esteja habituado. Expôs que é isso que a bancada do Partido Social Democrata acha que devia ter sido feito. Deixou uma nota de esperança para que haja ideias razoáveis e concretizáveis e que aquele espaço venha a ter outro fim do que aquele que tem, que não existe.

Foi concedida a palavra ao Deputado Paulo Cerdeira que após cumprimentar toda a Assembleia, declarou que a sua intervenção é sobre a recente Festa do Alvarinho em Melgaço, o grande evento da nossa terra. Antes de falar do assunto, informou que quer referir algo que espera que o Senhor Presidente não leve a mal, uma vez que sabe que o Senhor Presidente tem insistido e trabalhado muito nisto, que é a rotunda para o Centro de Estágios, uma vez que agora vai abrir o Hipermercado Coca. O Coca vai potenciar mais gente andar a pé e com a residência universitária em Prado vai haver mais pessoas a atravessarem a estrada. Narrou que recentemente viu-se envolvido numa situação complicada com miúdos a atravessar a estrada e a correr de um lado para o outro. Apesar de saber que têm trabalhado nessa questão, deixou um alerta. Sabe que o Senhor Presidente tem insistido em resolver a situação e que às vezes não é como nós queremos, é como as entidades querem. Voltando ao tema que o trouxe aqui, a Festa do Alvarinho, alou na qualidade de produtor. No ano passado houve queixas por causa do ruído e este ano isso melhorou bastante. Informou que em relação a ele, a Quinta do Regueiro conseguiu manter as vendas. As coisas desde o covid mudaram muito e, às vezes, é mais fácil criticar do que fazer. Ele foi defensor da nova solução, de ter uma tenda maior para resolver o problema de quando chove. Viu a Câmara Municipal a gastar muito dinheiro em espetáculos em que as pessoas não podiam estar a usufruir dos conjuntos por causa de chuvas torrenciais. Hoje em dia, lá dentro conseguem, apesar de causar muito ruído, especialmente para quem fica mais próximo do palco. Considerou ter sido um evento grande e constatou o esforço que o Município fez para o organizar. Deixou uma palavra de agradecimento a todas as pessoas envolvidas, desde o que apanha garrafa aos que organizaram o evento. Há um esforço grande para que seja o grande evento de Melgaço e ele pensa mesmo que é o maior a acontecer no nosso território. Em relação à parte da restauração, ganharam com o novo conceito que acomodou os restaurantes numa zona mais reservada. Relatou que ficou um espaço agradável e que dá para desfrutar de uma refeição interligado com a festa. Em suma, sabe que

Bárbara  
Lima



este ano corrigiram alguns aspetos que se foram apontando, mas não dá nota cinco porque temos sempre que querer melhorar. Finalizou a dar os parabéns à Câmara e disse que estava satisfeito pela forma como o evento decorreu.

Tomou a palavra o Deputado Vítor Cardadeiro que começou por cumprimentar a Senhora Presidente e restante mesa, o Senhor Presidente da Câmara e restante executivo, os funcionários municipais, os seus colegas deputados e o público presente. Agradeceu especialmente ao Presidente da Junta de Freguesia da Gave por nos receber. A sua intervenção é sobre a Conferência: NUTRIR Território que decorreu nas Termas do Peso. Deu os parabéns por terem conseguido pôr em pé este projeto, pois é um projeto que de facto é importante para os agentes económicos e para o território. Congratulou-se com as palavras do Presidente da CCDR-N, que deu a entender que vamos poder continuar com os apoios que considera serem importantes para trazer inovação ao território. Estes apoios são fundamentais para que realmente consigamos continuar a crescer e a especializar-nos. Deu ainda os parabéns pela conferência ter decorrido nas Termas do Peso. Já estava com saudades de ouvir essa expressão. Mais importante do que isso, e poderia até ser uma ideia do IPVC e não nossa, congratulou o Presidente da Câmara por dizer com convicção as Termas do Peso. Há pelo menos uma geração e meia que não sabe o que é isso e é importante falar das Termas do Peso, que são em Melgaço. Aproveitando isso, espera que se pegue no Peso “pelos cornos”, como se costuma dizer. Temos ali um investimento prestes a ser inaugurado, o Hotel do Peso, e crê que até ao fim do ano estará a funcionar. Mas, de facto, nenhum investimento é garante de desenvolvimento. Para termos desenvolvimento precisamos de condições e de acessos. Temos a ARU - Área de Reabilitação Urbana - do Peso, que realmente pode facilitar e dar condições para investimento na reabilitação dos edifícios, para o surgimento de outras atividades que o Peso já teve e para outras novas que poderá vir a ter. Questionou para quando chegará o investimento público. Um investimento em serviços para que o Peso retire partido daquela infraestrutura. Questionou se já temos projeto. Disse que sabe que já foi ultrapassado a aprovação da ARU e se já temos projeto, quer saber se já foi submetido para aprovação e financiamento e, se não está, quantos anos é que vamos esperar para começar a ter o Peso em obras. Esta questão é feita por muita gente que

Barbara  
cama



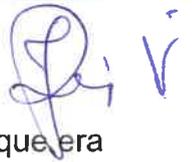
quer comprar, reabilitar e pôr serviços a funcionar para os turistas, uma vez que eles apostam nas termas, e estas têm pouco para oferecer. Quer saber que calendário teremos para poder ter condições para quem quer investir no Peso, para que essas pessoas possam estar tranquilas, sem poeiras, obras, ligações de estrada, que causam atrasos nos investimentos privados. Finalizou dizendo que no fundo, a sua intervenção é para fazer votos para que o NUTRIR tenha pernas para andar, pois vai ser muito importante para nós, para os agentes económicos, para o território e para a população de Melgaço.

Tomaria a palavra o deputado Diogo Castro, mas prescindiu da mesma. Assim, de seguida, interveio o Deputado David Barbeitos. Cumprimentou a Senhora Presidente e os membros da mesa, o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo, os Senhores Presidentes da junta, em especial o Senhor Presidente da Junta da Gave, os Senhores deputados e o público.

Em jeito jocoso, agradeceu ao Deputado Maximiano Gonçalves e ao Deputado Augusto Pinto por estarem a olhar mais pela sua freguesia do que ele próprio. Questionou qual é o ponto de situação das casas de fronteira, uma vez que passou lá recentemente e só era mato. Umás vezes está tudo limpo, mas rapidamente aparecem as ervas.

De seguida, tomou a palavra o Deputado José Albano Domingues. Antes de dar início à sua intervenção, o senhor deputado pediu para que ninguém o leve a mal por ter tantas folhas, mas acha que os assuntos da ordem dos trabalhos serão rápidos e pediu a complacência da mesa para demorarmos um bocadinho mais aqui. Antes de mais, apresentou os seus respeitosos cumprimentos à senhora Presidente e demais membros da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara, Vereadora e Vereadores, às senhoras e senhores Deputados Municipais, incluindo Presidentes de Junta, às técnicas do Município e ao público presente, sublinhando, desde logo, a proximidade que pessoalmente o une às gentes da Freguesia da Gave, não só pelas relações de vizinhança mas particularmente pela amizade que mantém com pessoas da Freguesia.

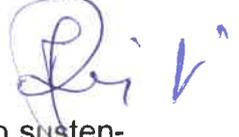
Bárbara  
Uma



Agradeceu, seguidamente, a receção nas instalações da Freguesia, naquela que era a segunda reunião descentralizada do mandato, agradecimentos que apresentou aos órgãos da Autarquia, a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia, na pessoa dos seus máximos responsáveis, o Joselito e o Agostinho.

Entrando, concretamente, nos assuntos que o traziam ao período de antes da ordem do dia focou, em primeiro lugar, a questão da falta de limpeza de bermas e valetas, afirmando ter passado por muitas vias rodoviárias municipais, incluindo antigas estradas nacionais, e podido constatar a falta de corte e de limpeza da vegetação existente nas suas bermas. Ressalvou que freguesias há onde o corte e a limpeza têm sido efetivamente realizadas, exemplificando com a Gave (ao menos desde a Ponte da Cela e até onde se encontravam), Roussas e Prado, pedindo desculpas se outras houvesse que não tivesse presente. Referiu que a situação é de tal ordem que se torna impossível a qualquer peão circular na via pública que não seja pela plataforma da estrada, afeta ao trânsito automóvel, com os riscos de se vir a ser atropelado. Disse ter a noção de que pode não ser aconselhável fazer o corte e limpeza muito cedo, por alturas dos meses de março ou abril, em virtude de, conjugando chuvas com temperaturas mais altas, a vegetação voltar a crescer rapidamente, mas afirmou que, na verdade, já se estava em pleno Verão, e os cortes sem fazer, perguntando se tal acontecia por opção política, por falta de dinheiro, por falta da transferência das verbas cabimentadas para esse fim para as Juntas de Freguesia, ou se haveria outros motivos atendíveis e ponderosos, que desconhecesse. Alertou, depois, que há freguesias onde em vez de se fazer o corte da vegetação, arbustos e herbáceas, se optou antes pela aplicação de herbicida, um autêntico atentado ambiental, um veneno que em função das chuvas, e do processo de lixiviação, acaba por se entranhar no solo, contaminando lençóis de água freáticos, indo depois parar às casas de morada, aos bebedouros dos animais, ou às culturas agrícolas e vitícolas que constituem a base do sustento de muitas famílias. E, concluindo o assunto, questionou se afinal somos ou não um concelho amigo do ambiente, se a nossa bandeira é ou não “arte, ambiente e alvarinho”, como proteger e fazer crescer o Turismo, uma das apostas do nosso território, a que o senhor Presidente da Câmara se não cansa de aludir, se brindamos os nossos visitantes com este estado de coisas, e ainda, se queremos fazer *jus* ao selo

Barbara  
Lima

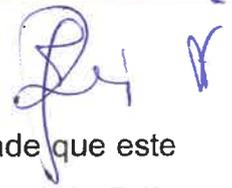


de sustentabilidade, atribuído pela Unesco a Melgaço, como destino turístico sustentável, ou alargá-lo a outros setores, se será este o caminho a prosseguir.

Num segundo ponto que disse pretender focar o deputado José Albano aludiu às descargas poluentes no Rio Mouro. Deu nota de que, como todos saberiam, o rio Mouro nasce na área do Parque Nacional da Peneda Gerês, resultando da junção de três nascentes que têm origem na Portela ou Serra do Lagarto, em Lamas de Mouro, na direção de quem vai para a Peneda, passando também pelo vizinho concelho de Monção e desaguando, finalmente, no rio Minho. Acrescentou que o rio Mouro é um dos principais rios de Melgaço, sendo um curso de água permanente, água normalmente límpida, cristalina e de grande qualidade. Referiu que na Assembleia Municipal já havia sido veiculada, e não há tanto tempo quanto isso, a acusação de que a ETAR do Vale do Mouro, propriedade do Município de Melgaço, se encontrava a despejar efluentes no rio Mouro sem o devido tratamento, lembrando que por essa altura o senhor Presidente da Câmara repudiara veementemente tais acusações, afirmando serem falsas, afirmando que o Município de Melgaço cumpriu com as licenças de descarga das suas ETAR's em 100% nos parâmetros exigidos, durante o ano de 2021, mas frisando o senhor deputado que tal não era garantia de continuidade, porquanto por exemplo no ano de 2018 esse cumprimento fora de apenas 59%. Informou que há precisamente dois dias atrás lhe havia sido dado conhecimento da ocorrência de novas descargas poluentes, acompanhando com o envio de fotografias, que poderia exibir, e que a verdade é que se voltava a apontar o dedo à ETAR do Vale do Mouro. Não querendo admitir que Melgaço tenha algo a ver com um tal atentado ambiental, disse precisarmos da garantia de que assim é, alertando que os competentes órgãos de polícia criminal, concretamente o SEPNA, já se encontravam no terreno e que os deputados do PSD gostariam que não fossem, pelos falados motivos, bater à porta da Câmara Municipal de Melgaço. Terminou este assunto dizendo que mesmo que a ETAR de Melgaço não fosse a responsável pelas descargas certo é que o rio Mouro também é nosso, e o que o Município deve indignar-se e envidar esforços no sentido de perceber a origem das descargas, por que elas são um facto, e diligenciar no sentido de que os culpados sejam devidamente identificados e sancionados.

Num terceiro ponto da sua intervenção o senhor deputado José Albano Domingues aludiu ao cancelamento da prova de Melgaço do Campeonato Nacional de Drift,

Bárbara  
Uma



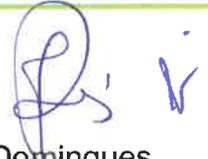
tendo questionado o senhor Presidente da Câmara se sempre era verdade que este ano não se iria realizar, em Melgaço, a prova inserida no circuito nacional de Drift. Adiantou terem tomado conhecimento de que a Câmara Municipal não tinha dado o seu aval à realização, argumentando com estritas razões de ordem ambiental, e confessando a sua grande surpresa com o que haviam lido. Perguntou se aquando das duas realizações anteriores o executivo da Câmara Municipal não havia considerado as preocupações com o ambiente. Deu nota de que a realização de tal prova automobilística se vinha evidenciando como um foco de atração de pessoas e entusiastas da modalidade a Melgaço, como uma ocasião única de promoção do nosso território, como um estímulo para a economia local, e como a oportunidade de os nossos competentes pilotos brilharem em sua casa. Perguntou, também, porque é que se andaram a gastar milhares de euros, concretamente num dos arruamentos que dá acesso ao Centro de Estágios, já após as duas realizações anteriores, com intervenções ao nível da plataforma da via e o estreitamento dos passeios, tendo em vista melhorar as condições da realização da prova, se, afinal, não era para a voltar a realizar. E finalizou este ponto da sua intervenção questionando, ainda, se os passeios serão repostos como antigamente, e quem é que iria devolver aos Municípios ou aos contribuintes portugueses o dinheiro gasto com obras afinal inúteis ou desnecessárias, nomeadamente se o senhor presidente da Câmara e membros do seu executivo o fariam.

Num quarto ponto da sua intervenção o deputado José Albano referiu pretender focar a nova Zona Empresarial de Alvaredo e a empresa "Roypasa Portugal". Disse que a ZEA foi certamente pensada como um projeto estratégico para a promoção e o desenvolvimento económico da região, constituindo uma infraestrutura âncora para a atração e instalação de empresas. Lembrou que ao longo dos tempos foram escutando sucessivos anúncios de empresas de grande nome, craveira, e com tecnologia de ponta, como interessadas em se instalar ou em deslocalizar a sua área de atividade para Melgaço. Acrescentou que numa das reuniões da Assembleia Municipal se havia votado, favoravelmente, a alteração do Plano do Loteamento, concretamente em ordem a unificar num só quatro ou cinco lotes que no projeto inicial estavam desenhados como independentes. Deu nota de que por essa altura, quase que adivinhando o que agora veio, efetiva e desditosamente, a acontecer, os deputados da bancada do PSD haviam alertado para os riscos da alteração do projeto e do redimensionamento dos

Bárbara  
Uma



lotes, em função de uma concreta empresa, e de uma simples intenção de investimento, tendo, nessa ocasião, o próprio questionado o senhor Presidente se ao menos a Câmara Municipal havia tratado de vincular a interessada no espaço resultante dessa unificação de lotes à intenção de investimento, mormente outorgando um contrato-promessa, ao que lhe havia sido respondido afirmativamente. Deu também nota de que numa assembleia municipal mais recente, quando era anunciado que mais de 80% da área empresarial de Alvaredo já se encontrava adjudicada, ou com empresas candidatas, também havia perguntado quais eram essas empresas, em que áreas laboravam, e, fundamentalmente, pela sua importância para o concelho, quantos postos de trabalhos iriam criar. Lembrou que o senhor Presidente da Câmara anunciara como dado adquirido a instalação de uma empresa ligada à fabricação de materiais de construção, e também da “Roypasa”, que labora na área das caixilharias, esta com criação de mais de 100 postos de trabalho e com a instalação de uma unidade fabril equipada com tecnologia de ponta, da mais moderna que existe por essa Europa fora. Afirmou que hoje se sabe que, afinal, a “Roypasa” já não vem para Melgaço, que já não vai criar mais de uma centena de postos de trabalho, que já não vai equipar-se com o que de tecnologicamente mais moderno existe na Europa, e nem, sublinhe-se, ocupar o espaço preparado, com a alteração do projeto e o redimensionamento do loteamento, propositadamente para ela. Afirmou, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, que tal é uma verdadeira hecatombe, uma desgraça do tamanho do céu, que depois de tanta euforia, e de tanto regozijo, a montanha havia parido um rato. Acrescentou confessar-lhe que o deputado fosse o Presidente da Câmara ficaria, em face do acontecido, agastado, zangado, deprimido, de rastos, com vontade até de fugir, nem que fosse por uns dias, para bem longe dali. E finalizando este ponto da sua intervenção o deputado José Albano afirmou que Melgaço se tornou, fruto destes *volte-face*s, motivo de chacota, que já não é somente uma questão de não sermos atrativos para o investimento, da estagnação económica, de termos uma economia local que não consegue diversificar-se e crescer, mantendo-se dependente dos setores de atividade tradicionais, que podem não ser sustentáveis a médio ou longo prazo, de não termos retorno do investimento público, ou do desperdício de fundos comunitários e dinheiro dos contribuintes, de não conseguirmos combater a desertificação ou despovoamento, mas que agora também havíamos deixado de ser credíveis, e que isso, realçou, tem de ter custos políticos.

Bárbara  
Lima

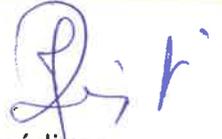
Num penúltimo ponto da sua intervenção o deputado José Albano Domingues aludiu à rede de gás natural em Melgaço, que havia sido inaugurada no dia anterior, conforme sessão realizada no salão nobre da Câmara Municipal. Afirmou que os deputados da sua bancada se congratulavam com a Unidade Autónoma de Gás (UAG) no concelho de Melgaço, um investimento feito pela “Sonorgás – Sociedade de Gás do Norte”, empresa do Grupo “Dourogás”, que permitirá abastecer, com uma fonte de energia mais barata, e menos poluente, mais de um milhar de consumidores, entre habitações e serviços, através de uma rede de distribuição com cerca de 15 quilómetros de extensão.

Aproveitando a ocasião de se encontrarem na Gave, o senhor deputado finalizou a sua intervenção perguntando como é que estamos, na freguesia da Gave, em termos de rede de fibra ótica e internet de banda larga.

Posteriormente, iniciou a sua intervenção o Deputado Diogo Pereira. Depois de saudar toda a Assembleia, informou que antes de começar com o que o levou a intervir, que é a apresentação de duas moções, quer deixar uma nota positiva relativamente à atividade realizada no passado dia vinte e nove e trinta. Em Dia de Corpo de Deus, a tradição dos tapetes floridos voltou a cumprir-se. Deixou um agradecimento público ao município, ao secretariado de Melgaço, aos Presidentes de Junta e às associações que participaram, pois, este ano presentearam-nos com uma realização de dezanove tapetes. Houve uma adesão enorme por parte da nossa população e desejou que, no futuro, as iniciativas do município tenham esta adesão. De seguida passou à apresentação das moções, em representação da Juventude Socialista, que seguem em anexo a esta ata.

Finalizada a sua intervenção, a Presidente da Assembleia colocou as moções à discussão, antes da votação.

Pedi a palavra o Deputado José Albano, que abordou as duas moções por uma questão de celeridade. No respeitante à moção relacionada com os cuidados de saúde mental o senhor deputado afirmou que a sua bancada concorda com a premência da promoção de tudo quanto tenha a ver com a saúde das pessoas. Lembrou que ele próprio havia feito uma intervenção na anterior reunião da Assembleia Municipal

Barbara  
Uma

relacionadamente com a questão da saúde, e especificamente com a falta de médicos e com o funcionamento do Centro de Saúde de Melgaço, focando, em especial, a demora, de meses, para se ter acesso a uma simples consulta, indispensável para tratar dos utentes, para pedir credenciais para realizar exames ou simplesmente para mostrar os seus resultados, entendendo que de pouco valerá investir cerca de um vírgula três milhões de euros em obras infraestruturais e em equipamentos para o Centro de Saúde se depois não tivermos disponível o fator humano que nos preste os necessários cuidados de saúde. Acrescentou que a proposta feita por via da moção em questão, no sentido de se instalar gabinetes de consultas de psicologia em cada freguesia, seria interessante, mas que dificilmente era exequível, designadamente em função da falta de profissionais na área e dos custos que envolveria, e que já ficariam satisfeitos acaso tais gabinetes pudessem ser instalados em algumas das freguesias mais centrais ou mesmo na sede do concelho.

Finalmente, quanto à moção respeitante à Palestina, e ao conflito armado que atualmente grassa no território, o deputado José Albano referiu concordarem com as recomendações feitas no final da moção, mas de todo não concordarem com o conteúdo do texto, de cariz eminentemente político. Referiu que condenam o massacre indiscriminado, particularmente de mulheres e crianças, lamentando a destruição e a fome que grassa entre os deslocados, mas que importa não esquecer que quem começou esta guerra foi o Hamas, que foi quem teve a iniciativa de, com centenas de operacionais, invadir o território israelita e assassinar indiscriminadamente inocentes, a sangue frio, muitos dos quais se encontravam, simplesmente, num concerto ou festival de música. Acrescentou que se é certo que numa guerra se cometem excessos, reprováveis, é imperioso eliminar o Hamas, um grupo de terroristas que nem para o povo Palestino é bom, um povo que traz amordaçado e cujos direitos e liberdades em absoluto não respeita. O deputado José Albano referiu ainda que, a seu ver, a questão de Israel e da Palestina, e a solução dos dois Estados, que também apoiam, é uma questão que carece de uma análise bem mais aprofundada, mas que a sede própria para uma tal discussão não é uma assembleia municipal, mas antes num patamar mais elevado, entre Estados ou no seio das organizações internacionais. Para finalizar e resumir a sua posição, declarou que algumas passagens que o Deputado Diogo lera não merecem então a concordância deles pela vertente política e

Barbara  
Lima



condenatória de uma das partes no conflito, mas relativamente às recomendações feitas sim e, em função disto, gostariam que esta intervenção também constasse da ata para explicarem a sua posição de votar favoravelmente as duas moções.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da mesa passou à votação da primeira moção de recomendação “Pela promoção da Saúde Mental nas Freguesias”, que foi aprovada por unanimidade. Quanto à segunda moção, o Deputado Francisco Reis Lima pediu a palavra. Começou por cumprimentar a mesa, o executivo e todos os demais presentes. Explicou que seria breve porque pensa que toda a solidariedade, toda a vontade que nós temos para que haja paz, que deixem de morrer pessoas, que deixem de morrer civis, que deixe de haver fome, que deixe de haver privação de todos os direitos, põe toda a gente de acordo. No entanto, ao ouvir esta moção e sabendo todo o contexto político que existe, não só a nível nacional mas mundial, não pode deixar de lembrar daqueles que Lenine chamava de úteis. Alguns factos foram verdadeiros, outros omitidos, muitos foram falseados e é preciso não esquecer que Israel existe desde 1947, através de uma resolução das Nações Unidas que também aprovou o Estado da Palestina e foram então os palestinianos que recusaram a existência desse Estado e deram a origem a quatro guerras de extermínio no sentido de terminar com o Estado de Israel. Não podemos esquecer que Israel é a única democracia do médio oriente. Com todos os defeitos, são os únicos que votam e se o governo não estiver a atuar corretamente, é democraticamente substituído, como tem acontecido desde sempre com alternâncias entre governos de direita e governos socialistas. É preciso não esquecer que nos acordos de Oslo foi feito um acordo entre a autoridade palestiniana e o Estado de Israel no sentido de dar origem aos dois estados e essa já foi também a vontade de Israel. Não é só no resto do mundo, os próprios israelitas aceitaram a criação do estado da palestina, que foi recusado pelo Hamas. O Hamas é uma entidade terrorista com valores absolutamente radicais que mata o seu próprio povo, priva o seu próprio povo da alimentação que é dada do ponto de vista humanitário. Perguntou se por acaso alguém se lembra que foram os Estados Unidos que criaram um porto móvel para poderem abastecer de apoio humanitário a faixa de Gaza e que foi a Europa que gastou dezenas de milhares de euros a apoiar Gaza para criar infraestruturas que, afinal, foram simplesmente gastas em túneis, armas e em mísseis que são diariamente lançados sobre os civis

Bábara  
Lima

israelitas sem que nunca, ao longo destes anos, tenham havido tantas manifestações de repúdio. Em outubro, um grupo terrorista assassinou dois mil civis a sangue frio e fez centenas de reféns. Todo o mundo, incluindo as Nações Unidas, reconheceram o direito do Estado de Israel à autodefesa porque estavam a ser atacados. Não se vai esconder que tem havido excessos, não se vai esconder que se calhar outras políticas já deveriam ter sido aplicadas, mas uma coisa é certa: Israel está a exercer um direito de autodefesa, a proteger o seu próprio povo, os seus civis que são atacados diariamente e ninguém, neste conforto do nosso país, onde nunca fomos invadidos, onde nunca ninguém matou dois mil concidadãos a sangue frio, pode apontar o dedo. Explicou que por estas razões vai votar contra a moção. Enquanto ouvia a mesma quase esteve com vontade de se levantar e perguntar pelos reféns porque acha que as pessoas estão esquecidas que a operação que está a acontecer na faixa de Gaza é à procura de reféns civis. Só lhe faltou ouvir a frase final “do rio até ao mar”, que significa aquilo que o Hamas pretende e que todas aquelas ditaduras islâmicas pretendem, que é a extinção do Estado de Israel e enquanto nós formos, no Ocidente, a favor da liberdade, iremos com certeza estar ao lado de Israel ter direito a existir e a existir em paz ao lado dos seus vizinhos, incluindo a Palestina autónoma e independente. No entanto, disse que não pode deixar que a leitura desta moção e todas as outras posições que vários grupos políticos que o nosso país tem, são um modo encapuçado de, pretendendo ter alguma solidariedade com as vítimas, estão ao mesmo tempo a dar origem a um cada vez maior antisemitismo, que é aquilo que se assiste nas ruas das cidades europeias, nas universidades e que é uma coisa que o envergonha porque se esquecem daquilo que aconteceu há 80 anos atrás com a tentativa de extermínio, extinção e genocídio de um povo apenas pela sua religião. Portanto, declarou não vai compagnar com estas moções muito fofinhas, com aquilo que se pretende e que esconde uma realidade muito mais complexa e que não é com a sua aprovação que resolve o que quer que seja.

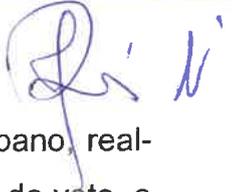
Ainda quanto a esta moção, pediu também a palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves. Expressou que iria ser breve até por uma tentativa de estabilizar aquilo que é o objetivo principal desta moção. Julgou que foram muito pertinentes as intervenções que aqui foram feitas e reconheceu que, de facto, o problema é bastante complexo. É um problema que tem consequências para dois polos do médio oriente e que tem

Bárcena  
Uma



origens históricas, sociais e políticas de difícil interpretação. Salientou que a moção que foi apresentada não é uma moção de apoio a um ou a outro estado. Independentemente daquilo que se passou e que concordou que foi um verdadeiro massacre aquilo que o Hamas fez em outubro do ano passado, assassinando barbaramente inocentes israelitas e sem qualquer tipo de justificação e que tem, naturalmente, de ser condenado, esse ato só por si não pode justificar aquilo que barbaramente está também a acontecer do outro lado e, nessa parte, sendo a opinião dele, não considerou que o que Israel está a fazer seja meramente autodefesa do seu povo. Se no início do conflito poderia concordar, perante aquilo que nos entra pelas televisões, à hora do telejornal, não podemos concordar. Disse que temos que ter em consideração o número de vítimas, o número de crianças que já morreram neste conflito, sem contar sequer com as pessoas que estão nos escombros, que ainda por cima são palestinianos que, provavelmente, a maior parte deles não tem qualquer identificação com o Hamas. Estamos a falar de crianças e pessoas inocentes e nenhum ato pode justificar isso. Também não pode acontecer a recusa da entrada humanitária e declarou que estamos a transformar isto numa guerra em que as pessoas, para além do conflito, morrem também de fome. Informou que o choca ver todos os dias as imagens que passam de crianças com uma panela à procura de qualquer coisa, sobretudo porque tem filhos pequenos. É verdade que o conflito existe e não deixa de ser irónico, aliás, que aqueles que foram as vítimas na segunda guerra mundial sejam eles, neste momento, os agressores. Estamos a falar da etnia judaica que maioritariamente predomina no Estado Israelita. O Deputado tentou situar aquilo que é o objeto desta moção, que é posicionar-nos numa tentativa de cessar fogo e não de nos colocarmos ora do lado de Israel, ora do lado da Palestina. Desde 1947 que esta situação teve origem, na resolução das Nações Unidas, no pós-guerra, e a história diz-nos que acabou por não ser uma boa solução. É verdade que dentro daquilo que é a realidade do médio oriente, Israel, não querendo dizer que é um país democrático, pelo menos partilha de alguns ideais democráticos. Explicou que é um país democrático formalmente, com eleições livres, mas tem alguns resquícios que lhe parecem não ser democráticos. Terminou a sua intervenção a ressaltar o que se pretende é a defesa da autonomia do Estado Palestino.

Barbosa  
Lima



Já após a discussão da moção acerca da Palestina, o deputado José Albano, realçando que aos deputados da Bancada assistia, como sempre, a liberdade de voto, e chamando à colação o contributo prestado pelo deputado Francisco Reis Lima, no sentido de que se não torna fácil cindir as recomendações finais da moção, com as quais concorda, do texto que a corporiza, cujo conteúdo já não merece, no todo ou em parte, a sua aprovação, referiu que pessoalmente se absteria aquando da votação da moção.

Não se verificando mais pedidos de intervenção, a Presidente de Mesa colocou a moção a votação, que foi aprovada por maioria, com dois votos contra, um do deputado Francisco Reis Lima e da deputada Maria José Dias e sete abstenções do restante grupo parlamentar do PSD. A Presidente de Mesa informou ainda que a moção será enviada às entidades recomendadas na moção.

De seguida, tomou palavra o senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre as questões que lhe foram colocadas no período antes da ordem do dia. Após cumprimentar a Assembleia, o senhor Presidente deixou um cumprimento muito especial ao Presidente da Junta de Freguesia da Gave por nos acolher nesta freguesia e neste Centro de Convívio absolutamente renovado. Congratulou-o pelo trabalho que foi feito. Já tinha tido a oportunidade de estar cá numa reunião de Câmara e agora está cá com esta reunião descentralizada da Assembleia. Afirmou que acha que a todos nos orgulha e é importante que cheguemos até aos nossos concidadãos com estas reuniões descentralizadas. Cumprimentou todos os cidadãos da freguesia da Gave e agradeceu por estarem connosco esta manhã. Pedeu antecipadamente desculpa à Senhora Presidente da Mesa porque, para responder a todas estas questões, vai precisar de algum tempo. Começou por dar duas notas em relação às moções que acabaram de ser votadas e aprovadas. A primeira nota é sobre a moção relacionada com a saúde. A este respeito disse que está absolutamente de acordo com a moção e acha que é importante que os grupos parlamentares tenham esta preocupação de mudar temas que são transversais e importantes para os territórios e, no nosso caso, a saúde mental é uma área da saúde que tem sido pouco acautelada da parte dos vários governos. Concordou que a tutela anterior fez uma coisa muito interessante, que foi a estruturação de uma rede de cuidados continuados na área da saúde mental, no entanto, ainda não está regulamentada e por isso não está colocada no terreno.

Bárbara  
Lina



Espera que a tutela atual agarre nessa excelente ideia e seja capaz de colocar no terreno essa rede de cuidados, pois seria uma resposta importantíssima na área da saúde mental nos territórios. Todos nós sabemos que a vida nos tem levado a uma aceleração grande de problemas na área da saúde mental em todos os pontos do globo, nós não somos exceção e temos graves situações que é preciso acautelar. Desejou que aquilo que já foi desenhado, já foi pensado, seja realmente implementado para ajudar as populações. Aproveitou para dar uma nota, uma vez que o senhor deputado José Albano aproveitou para dar uma pitada política sobre esta questão. Defendeu que o seu executivo está preocupado com todas as matérias que sejam da área da saúde, que acompanham detalhadamente todas as questões desta área e anunciou, com todo orgulho, que enquanto presidente da CIM do Alto Minho, conseguiu com a sua direção trazer 16 milhões de euros de investimento PRR para o distrito de Viana do Castelo, quando no início da sua presidência aquilo que estava definido para o Alto Minho eram 2 milhões e pico de investimento para os centros de saúde. Expôs que com este investimento do PRR que conseguiu trazer para o território, conseguiremos ser capazes de renovar todos os centros de saúde e ampliar alguns deles. Sem dúvida que no final do próximo ano, princípio de 2026, o Alto Minho ficará, todo ele, com condições de trabalho na área de saúde. Disse que acha que se deve registar aquilo que o Deputado José Albano acabou de dizer, que para ele não é essencial, para ele não é importante este investimento. Acredita que daqui a algum tempo o senhor deputado terá uma visão diferente sobre esta matéria e sobre aquilo que é estruturante na área da saúde primária.

Quanto à moção relativa ao conflito na Palestina, que a todos nos incomoda neste momento, disse coisas muito simples. Contou que teve a oportunidade de estar em Israel, no ano passado. Disse que tem um enorme respeito pelo Estado Israelita e pela capacidade de desenvolvimento que em sessenta anos. É extraordinário perceber aquilo que o Estado de Israel, em pouco tempo, conseguiu construir do ponto de vista de desenvolvimento, do ponto de vista de capacidade de investimento, do ponto de vista da economia de um estado. Também percebeu nessa visita que a condução da política feita pelo governo israelita era altamente contestada do ponto de vista político. Nessa visita, teve a oportunidade de estar em casa do embaixador português, em Telaviv, a convite do mesmo, e quando chegou para entrar em casa do

Bairras  
Lina



embaixador, havia uma enorme contestação na rua, uma enorme manifestação a contestar as políticas, sobretudo as políticas externas do Estado de Israel. Não nos venham dizer aqui que alguma atitude crítica a Israel, nesta circunstância, é apenas uma atitude crítica externa, uma atitude crítica por ventura das esquerdas e uma atitude crítica que não tem consistência interna. Hoje, todos nós sabemos que o governo de Israel é altamente criticado a vários níveis e altamente criticado após outubro e àquilo que está a ser feito na Faixa de Gaza. Quando há uma situação destas, é como nos divórcios, a razão nunca está só de um lado, não temos que ter dúvidas quanto a isso. Expressou que do seu ponto de vista é inaceitável que um povo que foi esmagado na segunda guerra mundial, por nós, europeus, não tenha memória e que hoje seja capaz de uma atitude que já não é de autodefesa e que é uma atitude muito próxima daquilo que sofreu há uns anos atrás. Para ele é inaceitável e não quis intervir na altura da discussão da moção, mas teve que intervir agora pois não ficaria bem com ele próprio se não desse nota disto. Finalizou a dizer que isto não é aceitável do ponto de vista internacional, não é aceitável do ponto de vista humanitário. Está um povo a ser completamente esmagado, destruído e todos temos visto essas imagens.

Voltando ao início e comentando a moção do deputado Manuel Luís Gonçalves sobre a linha de muito alta tensão, quis esclarecer alguns aspetos à Assembleia. Explanou que a linha de muito alta tensão tem sido acompanhada por este município desde 2014. Nessa altura, foi apresentada pela REN as primeiras faixas de atravessamento do território, de Ponte de Lima até Melgaço, e faixas alternativas para nós nos posicionarmos. O município conseguiu resolver aquilo que seria um problema grave, se por ventura tivesse acontecido. Uma das faixas inicialmente definidas atravessava uma boa parte do nosso município, até acha que atravessaria também a freguesia da Gave. Explicou que esta viria pela freguesia da Gave e descia para o rio Minho. Tiveram oportunidade de se posicionar em relação a essa alternativa e essa hipótese não vingou, tendo ganho uma outra alternativa que agora nos apanha num pequeno espaço do território de Melgaço, na Freguesia de Penso. Defendeu que fizeram o trabalho de casa durante este período. A verdade é que os processos vão acelerando e hoje já existe parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), já existe licença da parte da Direção Geral de Energia e Geologia e o processo está a avançar tendente a que haja obra, que haja construção dessa linha de muito alta tensão, que é muito

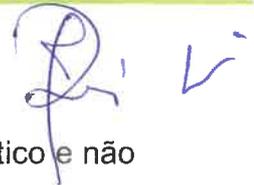
Bárcas  
Luis



importante. Nenhum dos cinco municípios é capaz de dizer que esta linha não é importante. O desenvolvimento do país, o desenvolvimento dos territórios, assenta na capacidade energética. O país, hoje, discute de fio a pavio aquilo que são os investimentos essenciais da energia. Hoje, o Alto Minho tem uma grande expectativa pois para além de todo o trabalho e investimento feito na criação de instrumentos de produção energética, discute-se a implantação do Parque Eólico Flutuante. Este Parque a implantar em Viana do Castelo, na faixa costeira, Esposende e Galiza, onde poderemos ter ali uma produção de elevadíssima quantidade de energia elétrica que nos torna autónomos e que nos consiga posicionar como atrativos no futuro. Relatou que o que discute são as opções, os traçados. Discute a falta de conversa, de diálogo com as populações e com os senhores Presidentes de Junta para que se encontrem as soluções mais adequadas, menos penalizadoras e também a falta de conversa para que se encontrem as compensações necessárias para os territórios. Uma vez acauteladas as questões de saúde, uma vez acautelados aqueles que serão os traçados menos penalizadores, temos aqui também a capacidade dos territórios serem compensados e bem compensados por parte de quem vem fazer esse investimento. Adiantou que o estado português, ainda no mandato anterior, exarou legislação que permite fazer essa compensação por parte da REN. Desejou que isso seja devidamente acautelado para que os territórios sejam recompensados e, sobretudo, que seja acautelada a vontade dos territórios para que as coisas corram bem. Deu mérito ao deputado Manuel Luís por trazer, em nome da bancada do Partido Socialista, esta moção de repúdio.

Quanto a questão do selo de prata, colocada pelo deputado Maximiano Gonçalves, esclareceu que não é a primeira renovação, mas sim a segunda renovação do selo de prata que o município consegue. Isto significa que estamos a fazer um percurso bem feito porque acolher um selo destes, no âmbito da sustentabilidade, não significa colocar um pin no peito. Significa que se está num percurso permanente de melhoria do ponto de vista da sustentabilidade, das boas práticas que temos nos serviços da Câmara Municipal, das boas práticas que têm as várias empresas nos vários setores e de melhoria na atitude do cidadão perante o ambiente, que também é importante. Só conseguimos ser ambientalmente sustentáveis se cada um de nós tiver a capacidade de assumir a sua responsabilidade no dia a dia. Relatou que se está a fazer um

Bábara  
Cima

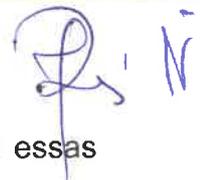


caminho que nos tem ajudado a promover o território do ponto de vista turístico e não há dúvidas de que temos feito um bom percurso a esse nível. Contou que ainda há dias recebemos, no concelho, pessoas ligadas a investimento na área do turismo e que lhe deram os parabéns por sermos um município que se distingue, em todo o Alto Minho, do ponto de vista da promoção turística, sobretudo do ponto de vista da criação de condições de atratividade na área do turismo. Aditou que todos os dias chega gente a querer investir na reabilitação de aldeias. É uma realidade que não podemos esconder e hoje, felizmente, chegam ao nosso território pessoas com vontade de comprar uma habitação, para recuperar e fazer nela uma exploração na área turística ou ter um espaço para passar os fins de semana e as suas férias. Não é à toa que nos chegou o investimento feito no Hotel do Peso, como referiu o deputado Vítor Cardadeiro. Esse investimento não é um investimento qualquer, é um investimento de elevadíssima qualidade que posicionará Melgaço, do ponto de vista turístico, como há em muitos poucos territórios. Mas não é por acaso que nos vão chegando outros investimentos. É graças à estratégia desenhada, definição de produtos, comunicação de marca e este selo da sustentabilidade.

Deu nota do projeto atividade. Um projeto que é uma referência nacional e internacional e nós, às vezes, quase que não o conhecemos e não lhe damos o devido valor. Este projeto tem ajudado a população sénior a ter melhores condições de vida física e os indicadores, que são colhidos pelo Centro de Saúde e pela Escola Superior de Desporto e Lazer, dão nota disso. Realçou os indicadores de saúde mental, uma vez que as pessoas envolvidas no projeto têm uma qualidade de vida melhor do que aquelas que não estão. É um grande projeto, desenvolvido desde 2006.

Prosseguiu para a questão do concurso de transportes. Adiantou que a CIM do Alto Minho fez um primeiro concurso em maio de dois mil e vinte e três e que encerrou em agosto de dois mil e vinte e três. Posteriormente, abriu-se um novo concurso em novembro, que está ainda a decorrer. Informou que estes concursos, que foram feitos em todo o território do país, foram todos eles sujeitos a grandes questões jurídicas e este não foi exceção. O concurso foi bem estruturado e vieram a concurso cinco ou seis empresas. Ganhou uma empresa que todos sabemos, até porque o resultado do concurso já é público, que é a Alsa, uma empresa de um grupo espanhol. Mediante o resultado do concurso, os concorrentes que não venceram vieram a jogo com ações

Bábara  
Uma



judiciais e é isto que neste momento temos. A CIM já está a dar respostas a essas ações. Nesta semana deu a primeira resposta à empresa Transder e na próxima semana responderá à Transcunha. Desenredou que na defesa pediram a eliminação do efeito suspensivo das respetivas providencias cautelares para que possam continuar a avançar com o concurso. Desejou que o concurso se resolva durante este ano para que seja possível termos todo o circuito do Alto Minho a funcionar em moldes diferentes daqueles que funciona hoje, ou seja, sem a pressão a que todos os municípios estão sujeitos por parte das empresas que tradicionalmente trabalharam no território e que tem tido uma ação perversa e inaceitável perante aquilo que são os municípios e as suas necessidades de transporte. Referiu que às vezes se confunde o processo do concurso internacional para os transportes do Alto Minho com outro processo paralelo, que é o dos transportes urbanos de Viana do Castelo, também este sujeito a uma pressão enorme e uma grande controvérsia, mas que não está relacionado com o concurso internacional para os transportes do Alto Minho. Contou que o Presidente Luís Nobre tem tido paciência e visão de pensar o futuro e já fez o que achou que era importante para o território, que foi criar, enquanto autarquia, uma entidade de transportes para que, no futuro, possa ser a Câmara Municipal a assumir essa tarefa de transportes urbanos para não estar sujeito àquilo a que tem estado sujeito ultimamente. Condenou a atitude das empresas por não estarem a colaborar, até porque durante anos a fio tiveram a colaboração de todo o território.

Relativamente à questão das casas de S.Gregório, explanou que terminou o período de entrega de propostas no dia dez de junho, se não lhe falha a memória. Não houve propostas para as casas de S.Gregório e, perante isso, a nova realidade para essas casas é a possibilidade de nos próximos seis meses se fazer um ajuste direto a quem manifestar interesse nas mesmas. Aquilo que estão a fazer é procurar encontrar alguém do ponto de vista empresarial que queira agarrar nas casas. Reconheceu que é um investimento grande, uma vez que estamos a falar de 2 milhões de euros. Comunicou que não sabe o valor certo pois não fez a contas, nem tem caderno de encargos, nem sabe o valor de, porventura, alguma ampliação das casas. Sabe que se fala desse valor, de cerca de 2 milhões de euros e estão a tentar encontrar alguém que queira agarrar no projeto e não desistem dessa ambição. Demonstrou a sua

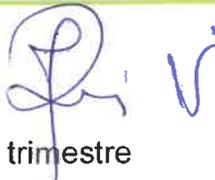
Bábara  
Cima



vontade em ficar colado ao projeto das casas de fronteira, uma vez que para ele seria um grande orgulho.

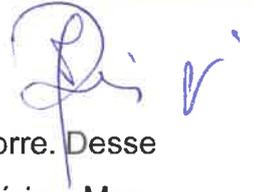
No que diz respeito à nova zona de acolhimento empresarial de Alvaredo, disse que o processo é conhecido de todos e é para ele um orgulho enorme terem sido capazes de encetar este projeto, em 2017. Reconheceu que as coisas levam tempo, mas hoje temos uma primeira fase pronta para acolher empresas e têm também projeto para uma segunda fase nessa mesma zona empresarial. As coisas não acontecem do nada, acontecem com persistência, com capacidade de pensar e de pôr no terreno e de abrir os horizontes para o futuro. As coisas não acontecem do nada e muito menos quando falamos de zonas empresariais e alocação de empresas a essas mesmas zonas empresariais. No que toca à questão da Roypasa, mencionou que a mesma manifestou interesse, tendo assinado um contrato promessa para se instalar na zona empresarial, pagando 50% do valor do terreno. Agora, a Roypasa veio dizer, há cerca de duas semanas, que por razões de rutura financeira causada por um problema com uma entrega, não têm condições para fazer o investimento na nova fábrica, em Melgaço, que se calcula ser de nove milhões de euros e, por isso, decidiram manter-se em Monção. Declarou que entende que a Roypasa é que decide. Se esta se quer manter em Monção, nas condições em que está, nada podemos fazer. O que acontece é que a Roypasa terá de se sujeitar à resolução deste processo de acordo com as regras. Dirigindo-se ao senhor Deputado José Albano, disse-lhe que hecatombe era eles não terem sido capazes de pôr uma zona empresarial para ser futuro para o território. Hecatombe era eles não terem sido capazes de ir buscar treze milhões de euros de fundos comunitários para fazer uma zona empresarial de nova geração, com produção de energia fotovoltaica, armazenamento, distribuição e produção de hidrogénio verde, no próximo ano. Hecatombe seria eles não terem sido capazes de sonhar, de serem audazes e de não terem conseguido pôr as coisas no terreno. Estamos perante uma situação que acontece em qualquer município e, agora, terão de encontrar mais interessados para aquele espaço. Ao contrário do que o senhor deputado José Albano disse, o Senhor Presidente da Câmara defendeu que não houve erro nenhum em relação ao facto de terem aglomerado uma série de lotes para criar um lote grande. Temos um lote de grande dimensão que poderá ser uma excelente oportunidade para o futuro. Informou que, neste momento, há duas empresas a discutir

Bábara Lima



com eles a sua instalação. Uma do primeiro concurso, que foi feito no último trimestre de dois mil e vinte e três e uma outra que entrará no concurso deste trimestre, de abril a junho de dois mil e vinte e quatro. Afirmou que está com alguma segurança naquilo que é a vinda de empresas para o nosso território, o seu executivo tem é de continuar a lutar. Salientou, contudo, o orgulho que tem pelo facto de terem criado condições de atratividade para o nosso território, que não existiam há uns tempos atrás.

Quanto ao projeto de habitação, referiu que temos nessa área a nossa estratégia local. As nossas dezassete casas de habitação social estão praticamente todas reabilitadas, com um investimento muito considerável. Temos um investimento aprovado pelo IHRU, que é a aquisição e reabilitação do edifício à entrada da Vila, à direita, que é um edifício que está devoluto há anos. Julga que a escritura é na próxima semana e querem criar nove apartamentos de habitação social, para responder a casos concretos que têm. Salvaguardou que estão a trabalhar de forma célere e terá oportunidade, no próximo dia vinte e seis, de fazer uma reunião com o IHRU sobre aquilo que consideram ser essencial, que é a construção de habitação para arrendamento acessível. Este assunto, com todo este processo de transição de governo, acabou ficou afetado por alguma lentidão. Deu ainda nota de que teve oportunidade de se reunir, enquanto Presidente da CIM, com o Senhor Ministro Pinto Luz e levar-lhe algumas das nossas preocupações, sendo uma delas a linha de alta velocidade do Minho, uma vez que começaram a surgir algumas notícias de que seria prioritária a linha de alta velocidade Lisboa-Madrid. Esta questão levantou até alguma irritação ao Senhor Ministro e o mesmo disse que prioritária será a linha do Alto Minho e que a mesma será a primeira prioridade e o objetivo é que em dois mil e trinta esteja pronta. A linha de alta velocidade ligará Porto-Lisboa e Porto-Vigo, o que será muito importante. Teve a oportunidade de mencionar ainda outro assunto ao Senhor Ministro. Recordou que foi ele, Presidente da Câmara de Melgaço, que começou a tratá-lo, em 2019, quando alguns até se assustavam quando se falava disto, que é a alternativa rodoviária Valença-Melgaço. Apontou ao Senhor Ministro aquilo que hoje, passado uns anos, é unânime. Defendeu junto do mesmo que é insustentável manter uma ligação rodoviária no Alto Minho com as condições que tem agora. O poder político tem que perceber que é fundamental continuar-se a A28 até Valença. É insustentável desaguarmos a A28 em Vila Nova de Cerveira pela nacional 13. Tem de haver uma

Bárbara  
Lima

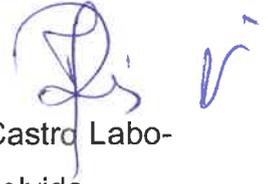
ligação da A28 a Valença, ao nó de Sapardos ou ao nó de São Pedro da Torre. Desse nó, de onde ela vier entregar-se, tem ainda de haver uma alternativa rodoviária a Monção e a Melgaço. Sustentou que não precisa de ser forçosamente até Melgaço, mas ela tem de existir até boa parte do nosso trajeto entre Monção e Melgaço, para termos condições de sair e entrar no território. Com o conjunto de empresas que se estão a instalar e que se irão instalar nos próximos anos no nosso território, é impensável continuar a existirmos com esta estrada. Ela é hoje um inferno maior por causa das obras que estão a acontecer há cerca de um ano e meio. Não entende como é que uma obra de vinte e dois quilómetros tem um ano e meio de execução e ainda tem mais algum tempo pela frente. Complementou que ela hoje é um inferno para quem circula com frequência para Valença e mesmo depois de requalificada não será resposta para o nosso território, de forma nenhuma. Percebeu algum acolhimento quanto a esta questão por parte do Senhor Ministro e espera que haja eficácia relativamente a esta questão. Falou ainda sobre a habitação e percebeu que o Senhor Ministro tinha uma enorme vontade de acelerar todo o processo público na habitação. Conferenciou que foi bom ver um ministro do PSD a agarrar naquilo que tinha sido desenhado anteriormente pelo governo do PS e porventura até com vontade de aumentar aquilo que é o objetivo de construção pública no país, em relação àquilo que já tinha sido desenhado. Concluiu que gostou do momento em que esteve com o Senhor Ministro.

Seguiu para a questão abordada pela deputada Aurora Soares. No que concerne ao parque de skate, crê que não houve compromisso de quando o mesmo estaria pronto, mas está focado em fazê-lo. Contudo, temos que perceber que a Câmara Municipal não tem fundos ilimitados para fazer as coisas de um dia para o outro e estamos no início de um quadro comunitário que demorou imenso tempo a concretizar e só agora começarão a estar abertas condições de financiamento para começar a fazer uma série de intervenções públicas. Também esse parque estará colocado em financiamento para investimento público. Não aceitou a teoria explicativa de que a redução demográfica assenta em parques de skate. Concordou que temos de atender àquilo que são as necessidades da nossa população, mas temos que entender que se há município que tem condições para a prática desportiva da população, é o município de Melgaço. Não lhe digam que não temos condições para a prática desportiva da nossa população. Aceita que não têm um parque de skate, mas vai fazê-lo. Mas

Bárbara  
Cima

não aceita que lhe digam que não temos condições para praticar desporto e que é por causa disso que os jovens nos fogem para outros lados. São estruturas que custam dinheiro e os senhores deputados vêm todos os anos, nas contas e porventura até no dia de hoje, que trazemos aqui a consolidação de contas, dizer que gastamos muito nessa matéria. Não nos digam que gastámos muito e depois, por outro lado, que não fazemos investimento. Anunciou que se hoje temos condições para ter uma associação de patinagem que faz grandes trabalhos e nos traz grandes prémios, é porque foi feito investimento. Se hoje temos uma escola de dança que faz um trabalho extraordinário e que conquista prémios internacionais e também em vários pontos do país, é porque se criaram condições para a prática do desporto, caso contrário, não havia. Se temos um clube com condições de exceção para a prática do futebol, se temos condições para acolher várias iniciativas na área do desporto, acolher estágios de equipas de futebol, foi porque a Câmara Municipal fez um enorme investimento no passado. Disse que temos que ter bom senso e que sim, essa é uma matéria que estão a trabalhar e que vão colocar a financiamento para o realizarem quando isso for possível e espera muito que isso aconteça.

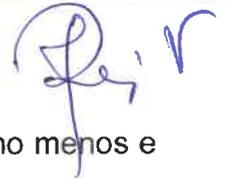
No âmbito da questão relativa ao espelho de água, informou que continuam a trabalhar no sentido de encontrar uma solução para o espelho de água e que é uma matéria delicada. A solução que têm é que o espelho de água tem utilidade e aquele espaço onde foi colocado tem de se transformar num espaço nobre do ponto de vista urbano para Castro Laboreiro. Elucidou a Assembleia de que vão fazer plantações de árvores, tratar de todo o espaço em redor e querem, uma vez que fizeram uma intervenção na ponte, que ficou altamente requalificada, fazer uma limpeza no rio e têm condições para isso, e resolver a margem junto ao espelho de água. Admitiu que corremos o risco de ter o “Ai Jesus” dos pseudo-ambientalistas quando puserem lá alguém a trabalhar. Neste país, neste momento, qualquer coisa que se possa fazer leva logo com um conjunto de pseudo-ambientalistas, que são pessoas que não percebem nada do nosso território, são pessoas que nem cá estão, que estão em Lisboa sentadinhas no seu apartamento ou na sua casa, mas que acham que percebem do nosso território e que têm o direito de se imiscuir naquilo que são os destinos dos territórios do interior. Lamentou que isto aconteça e foi isto que aconteceu há um ano e tal.

Baibara  
Lima

Esclareceu que foi gentinha dessa, apoiada com gente que estava em Castro Laboreiro, que se meteu em toda a questão, caso contrário, já tudo estaria resolvido.

Prosseguiu para a matéria da Festa do Alvarinho. A festa tem crescido e esta edição foi excelente. Declarou que está com imenso orgulho naquilo que fazemos ao longo de trinta anos, por sermos os primeiros a fazer um evento ligado ao vinho no território e por sermos os únicos que mantiveram este evento todos os anos de forma ininterrupta e quer que se mantenha como um evento de qualidade, sobretudo como evento vinícola. Desejou que se mantenha com um espaço que se visite por aqueles que percebem e gostam de vinhos e para conhecerem também o nosso território. Confirmou que sabe que este evento e a Feira de Alvarinho em Monção são eventos importantes do ponto de vista de afirmação dos territórios. Eles terão de ser complementados pela Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA), como já referiu em assembleia. A Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA) e os produtores têm de agarrar neste assunto. Os municípios têm de fazer o seu trabalho e nós fazemos mais do que a Festa do Alvarinho, pois temos uma outra, dedicada ao Espumante, e que foi criação já deste executivo, em 2015, e que está a consagrar o espumante no nosso território. Recordou aquilo que foi a primeira e a segunda edição, sobretudo do ponto de vista da qualidade do produto. A segunda foi desastrosa do ponto de vista da qualidade do espumante. Hoje, a Festa do Espumante e os nossos espumantes são de altíssima qualidade. Contudo, acha que a Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA), com os municípios, têm de agarrar o touro pelos cornos e têm de ambicionar outras formas de promoção que não sejam as nossas festas tradicionais, que atraem público da terra, muito público de fora e que são a nossa identidade, indiscutivelmente. No entanto, é preciso arranjar outras formas e lastimou termos perdido o Alvarinho Wine Fest, em Lisboa. Clarificou que não foi pelo município que deixou de haver Alvarinho Wine Fest e que sente pena, uma vez que era um método diferente de promoção do território.

O deputado Augusto Pinto deixou uma observação a este respeito. Na sua opinião e na opinião de muita gente, os custos eram muito elevados e não havia retorno. O senhor Presidente questionou o senhor deputado se o mesmo tem noção de quanto custava a festa ao município, sendo que o senhor deputado respondeu que custava

Bábara  
Uma

cem mil euros. O senhor Presidente esclareceu que custava um bocadinho menos e continuou a sua intervenção. Quanto à questão do ruído, levantada por algumas pessoas, este foi acautelado.

Relativamente às rotundas, tema trazido pelo deputado Paulo Cerdeira, o senhor Presidente da Câmara respondeu que têm trabalho feito. Está aprovado o projeto para a rotunda junto ao nó da ligação do Centro de Estágios e da ligação à superfície comercial que ali irá aparecer. Também têm praticamente aprovado o projeto da rotunda em Alvaredo para a entrada da zona empresarial. Elucidou a Assembleia de que esse trabalho está feito e agora só falta a questão do financiamento. Têm comprometido com a IP- Infraestruturas de Portugal, desde há uns anos, que nós faríamos o estudo e eles o investimento. Agora é continuar a insistir para que a IP faça esse investimento da construção daquela rotunda que é fundamental para a segurança dos cidadãos de Melgaço que agora, mais ainda, vão ter ali uma situação delicada. Partilhou que quer falar com a IP antes da abertura do supermercado porque alguma coisa terá de ser feita do ponto de vista do trânsito para não correremos risco graves naquele lugar e é da responsabilidade da própria IP.

Avançou com a sua intervenção e disse que quanto ao projeto NUTRIR, fica muito contente com as palavras deixadas pelo senhor deputado Vítor Cardadeiro. Felizmente começa a haver algum reconhecimento do trabalho que está a ser feito. Foram três anos de trabalho e três anos de trabalho num projeto destes não tem ainda o resultado “uau” que se espera, mas já tem alguns resultados interessantes, tanto aqui como noutros pontos do território do Alto Minho. O compromisso do instituto politécnico é que o NUTRIR caminhe, no próximo ano, para a construção de um Centro Tecnológico. O compromisso da CCDR-N é também o compromisso de haver investimento para que o NUTRIR possa acontecer, uma vez que percebe a importância deste Centro Tecnológico para o Alto Minho e para o norte do país. Explanou que a conferência foi de enormíssimo valor científico e sentiu pena por não estarem mais pessoas, sobretudo pessoas de Melgaço, nessa conferência de enorme valor científico e que dá prova do trabalho feito e daquilo que poderão ser as perspetivas nessa área do território.

Batanga  
Uma



Aditou que a ARU, no Peso, está aprovada, o hotel está em bom andamento e espera que ainda este ano seja possível a sua inauguração. Partilhou que sabe da força com que o promotor está a trabalhar a obra e que as dificuldades são grandes porque a empresa tem pouca mão de obra e, por isso, tem dificuldade em pôr a obra numa outra velocidade. Porém, espera que o grande hotel do Peso se consiga inaugurar este ano ou no primeiro trimestre do próximo ano. Esse hotel é para somar a Melgaço aquilo que Melgaço já tem de bom. Quanto à intervenção pública no Peso, estão a ponderar um projeto de grande envergadura. Se não forem capazes de pôr esse projeto tal como está desenhado integralmente no terreno, espera que sejam, pelo menos, capazes de fazer uma intervenção estruturante, logo a seguir à abertura do hotel, que permita qualidade para que o Peso possa ter uma outra fruição e a ligação entre o hotel e as termas possa acontecer também.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado David, referiu que o mesmo falou e falou muito bem, nomeadamente nas casas de fronteira.

Passou a responder às questões do senhor Deputado José Albano. Explicou que as bermas são limpas nesta altura. Se formem limpas em abril, como fez a IP na estrada nacional, temos o cenário que hoje temos nessa mesma estrada e agora vamos ter que insistir com a IP para que faça nova intervenção. Nas nossas freguesias, e sobretudo no que compete à Câmara Municipal, a limpeza é feita agora, entre o mês de junho e o mês de julho. Contou que no outro dia, em reunião de Câmara, disse ao Vereador Manuel Fernandes para fazer uma viagem entre a Vila e S. Gregório pela estrada antiga, para ver como está limpa. Deu nota do excelente trabalho que a empresa está a fazer este ano e que já estão a limpar de Penso para a Vila. Boa parte dessa estrada já está devidamente limpa e a breve trache chegará à Vila, para depois fazer a limpeza estruturante que se faz da estrada municipal da Vila até Castro Laboreiro. Sabe que o senhor deputado tem um grande orgulho na sua festa de São Tiago, em Pomares, e nessa altura estará acautelada a limpeza para que a festa aconteça com toda a dignidade. Reconheceu o trabalho das juntas de freguesia para limpar as bermas. Achou que não é justo dizer que não fazem trabalho, uma vez que elas fazem a limpeza no tempo que acham que deve ser feita e que têm condições para a fazer e todas elas, neste momento, estão a fazê-lo. Se Prado fez primeiro é porque teve condições para fazer primeiro. Paderne vai fazer a seguir e sabe que têm

Barbara  
Lima



contratualização para fazer essa limpeza. As coisas são feitas e quando terminarmos este período de junho e início de julho, não tem dúvidas de que todo o município estará impecavelmente limpo nas bermas para que possa ser agradável fruirmos. Não podemos é entrar naquela loucura de que vamos ter as bermas limpas quase como se utilizássemos aqueles robôs como se utiliza nas relvas, em casa. É impossível que as bermas, que estão na competência das juntas de freguesia e que estão na competência da Câmara Municipal, estejam durante todo o ano limpas como se tivéssemos um robô a cortar a erva. Até não é desejável do ponto de vista ambiental ter um robô a cortar constantemente as ervas, não há problema nenhum em que a erva cresça. Concordou que descontroladamente não, mas temos de deixar que chegue até um determinado volume para depois ser cortada. Não há problema nenhum nisso. Avisou que temos de acautelar a limpeza a um determinado momento, mas não há drama com isso e não podemos entrar nessa vontade de limpeza absoluta e permanente. Disse que se o senhor deputado não alinha com o nosso trabalho do ponto de vista ambiental e isso não faz sentido nenhum. Explicou que teremos de lutar contra a posição de lixeiras para fazer esse trabalho, contra um conjunto de outras coisas que não fazem sentido do ponto de vista ambiental, mas a limpeza de bermas não tem nada de ambiental e muito menos com atração turística. Dizer que temos as bermas mais cortadas ou menos cortadas é um problema de atração turística não combina, não tem propriamente grande cabimento.

Avançou, de seguida, para o assunto sobre o rio Mouro. Deixou claro que este assunto é a maior indignação da Câmara Municipal. Inteirou a Assembleia de que tem sido sistemático este ataque à Câmara Municipal de Melgaço e aos seus territórios com esta história do rio Mouro. Deu instrução aos seus serviços para, perante esta investigação que está a decorrer agora, com vídeos, com post's nas redes sociais e etc, responderem à Junta de Freguesia local que para nós é inaceitável o que estão a fazer e vão dizer que numa próxima situação destas, nós vamos agir judicialmente contra quem publicar tais coisas. Realçou que tem um orgulho enorme em ter nas nossas aldeias de Parada do Monte até à Gave e por aí abaixo, ETARs a funcionar bem e a debitar para o rio quantidades pequenas de resíduo tratado porque estas aldeias não produzem grande quantidade de resíduos. Explicitou que têm acautelado o ambiente, temos ETARs a funcionar e vem alguém acusar-nos que não fazemos o

Bárbara  
Lima

nosso trabalho, quando do lado de lá não há uma Etar sequer. Questionou se a indignação era com a Câmara Municipal de Melgaço ou com o lado de lá, que não tem nenhuma ETAR. Conferenciou que o lado de lá, quando tem explorações agrícolas, despeja diretamente para o rio Mouro os dejetos dessas mesmas explorações. Defendeu que a indignação deveria ser com eles e não connosco que temos um bom trabalho desenvolvido nessa área. Convidou a Assembleia a ir até ao rio para ver o que é que as ETARs de Melgaço depositam no rio Mouro, ou seja, com que qualidade depositam no rio Mouro e se tem alguma interferência na qualidade da água desse rio. Exclamou que é inaceitável que alguém do lado de lá queira lamear aquilo que é um bom trabalho desenvolvido por nós. Entende que as pessoas se indignem, mas não com a Câmara de Melgaço, pois esta faz um trabalho bem feito. Sublinhou que numa próxima situação agirá judicialmente contra quem vai pondo estes vídeos que são absolutamente falsos. O senhor Presidente da Junta da Gave tem conhecimento do que é a ETAR da Gave, o senhor Presidente da Junta de Parada do Monte também tem conhecimento do trabalho que faz a ETAR.

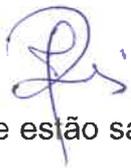
Sobre o Drift, disse que foi o seu executivo quem o trouxe o para Melgaço. Houve duas edições e uma terceira agendada que não aconteceu. As provas eram, na altura, coordenadas pela Federação Portuguesa de Automobilismo e Kart. Explicou que o valor com que fizeram essas duas edições foi na ordem dos dez mil euros de apoio da Câmara Municipal e, se não lhe falha a memória, foram confrontados, em novembro passado, com uma realidade diferente. Agora é uma empresa privada que realiza a prova e que tem realizado as provas do campeonato nacional. Essa empresa pôs em cima da mesa um orçamento que anda na ordem dos trinta e sete mil euros para a realização da respetiva prova. Adiantou que a conversa que tiveram com a empresa foi que se conseguíssemos, cada um de nós, encontrar um sponsor que ajudasse a colocar dez mil euros em cima da mesa para conseguirmos realizar a prova, nós poderíamos equacionar a realização da mesma. Confirmou, que da parte deles não conseguiram e, portanto, agora estão confrontados com esta realidade, que é uma realidade de que se trata de um valor elevadíssimo para realizar a prova. Perante isto, ponderaram com dois critérios: o primeiro critério foi financeiro, e a Câmara não tem dinheiro para ir a todas as situações, e depois o critério ambiental. Mencionou um critério ambiental porque aquilo que nos é exigido enquanto município com selo

Bárbara Lima 

de sustentabilidade Earth Check é que tenhamos uma cautela enorme a todos os níveis e também com provas desportivas. Clarificou que não é um problema de Melgaço e se por ventura tivermos oportunidade de falar com as gentes de Baião, vamos concluir que a prova de motonáutica, histórica, que se faz no rio Douro, precisamente em frente ao município de Baião, neste momento está em causa precisamente por Baião ser o segundo município com selo Earth Check. Relatou que ponderadas as duas questões, a do ambiente e a da necessidade de afinar aquilo que é o nosso calendário desportivo e ponderada a questão financeira, que era grave para a Câmara Municipal, acharam que este ano não deveriam realizar a prova, o que não significa que nos próximos anos não possa acontecer. Deu nota de que não teremos esta prova, mas teremos a segunda edição da rampa das termas que, de acordo com a organização, teremos uma presença muitíssimo mais elevada do que no ano passado. Além disso, uma prova destas não tem um impacto ambiental, seja do ponto de vista do combustível, seja do ponto de vista de borracha e do ponto de vista de outros sinais de poluição, como tem uma prova de Drift. Esclareceu que não fizeram nenhuma comunicação sobre este assunto, quem comunicou foi a empresa privada que responsável pela organização. Não considerou que seja preciso fazer disto um drama até porque neste momento já não há pilotos de Melgaço a competir nessa prova. Houve nos primeiros anos mas, neste momento, já não há. Exibiu que têm uma ambição do ponto de vista de provas desportivas enorme, no próximo ano teremos aqui um campeonato europeu de ciclismo e, portanto, é relevante e é mais sustentável do ponto de vista ambiental. Esta foi a decisão que tomaram e está confortável com a mesma.

Deixou uma nota sobre o gás natural. Expôs que estiveram ontem a fazer a inauguração da rede de gás natural, que se está a estender aos poucos pelo território e que foi uma conquista importante. Disse também ao senhor deputado que foi o Presidente da Câmara Municipal de Melgaço que, em 2017-2018, junto do Secretário de Estado do Ambiente, conseguiu desbloquear o concurso. O concurso tinha sido ganho por esta empresa e foi contestado judicialmente por outra empresa, que foi o grupo EDP. Andou à espera da resolução por parte do senhor Secretário de Estado do Ambiente e, no fim, resolveu-se a bem. A bem de Melgaço, de Monção e de Paredes de Coura e a bem de mais três municípios do Alto Minho que não tinham gás, porque havia oito municípios no norte do país que ainda não tinham rede de gás natural. Declarou que

Bárbara  
Lima



hoje temos gás natural e como ontem referiu, já há notas de famílias que estão satisfeitas com a qualidade do serviço e com o preço. Teve ainda oportunidade de falar com uma empresa que gasta imenso gás na sua produção e disse-lhe que há uma redução de cerca de 40% da sua fatura.

A respeito da fibra ótica referiu ter boas notícias. A Dst Telecom está, neste momento, a desenvolver um projeto para a instalação de fibra ótica para as aldeias de montanha, onde a Gave está incluída. Já deu nota disso numa reunião de Câmara, mas quis reafirmar isso novamente. Assegurou que durante este ano, mais para o final, arrancarão os trabalhos de fibra ótica nestas freguesias de montanha, que eram aquelas que ainda não tinham fibra ótica e é importante que venham a ter.

No seguimento da resposta do senhor presidente da Câmara às intervenções no período de “Antes da Ordem do Dia” pediu novamente a palavra o deputado José Albano Domingues. Principiou por dizer, por reporte ao, nesse particular, declarado pelo chefe do Executivo, que não tinha dito que o investimento nos Centros de Saúde não era importante, mas antes que de nada valerá investir em infraestruturas e equipamentos se não houver médicos que possibilitem a prestação e cuidados de saúde aos utentes. A este propósito, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, pediu-lhe que não persistisse em deturpar as suas palavras, pedido que já não era a primeira vez que se via na contingência de ter de lhe dirigir.

No tocante ao por aquele respondido, no que concerne à Zona Empresarial de Alvaredo, quando referiu que a perda do investidor “Roypasa...” não era nenhuma hecatombe, o senhor deputado retorquiu dizendo que mantinha o adjetivo, frisando que hecatombe sim, por nos ter sido dado como adquirido um investimento no território de milhões de euros, e com criação de mais de um centena de postos de trabalho, que, afinal, não vai acontecer, hecatombe sim porque de nada vale termos uma Zona Industrial se não houver empresas que a possam ocupar, e hecatombe sim, por ter sido preparado, e anunciado, um casamento entre o Município e a “Roypasa...”, com a noiva (leia-se a citada empresa) a ter escolhido o “vestido” que iria trajar, quando, afinal, o casamento nem sequer ao adro da Igreja chegou.

Bárbara  
Lima



Com respeito ao Parque de Skates o senhor deputado lembrou ao senhor Presidente da Câmara que, contrariamente ao que afirmara, se havia ele comprometido, de facto, o que até estava em ata, com a reposição dos equipamentos, e com *timings* para o fazer. Acrescentou que não era verdade que a falta do parque não contribuísse para a perda demográfica, porquanto continuamos a enviar as nossas gentes, particularmente os mais jovens, para fora do concelho, nomeadamente para a vizinha localidade de A Cañiza, para poderem praticar a modalidade. Finalizou dizendo que se não havia condições financeiras para repor os equipamentos então que não se tivessem retirado os existentes, cujo estado, não obstante um pouco degradado, continuava a permitir a sua utilização em funcionamento.

O deputado José Albano referiu ainda, com relação ao “espelho de água” em Castro Laboreiro, ter percebido das palavras do senhor Presidente da Câmara que se havia deixado cair o projeto tal como inicialmente desenhado, perguntando se, afinal, se iria reformular o projeto e a execução. Após resposta do chefe do executivo, no sentido de o projeto não iria ser alterado, o senhor deputado voltou a interpelar o Presidente da Câmara, perguntando se havia aval da Agência Portuguesa do Ambiente para executar o projeto tal como inicialmente delineado, tendo-lhe sido respondido que a APA não está de acordo em que a execução seja feita tal como foi inicialmente projetada.

Quase a finalizar esta sua intervenção, questionou o deputado José Albano como é possível ter o senhor Presidente da Câmara afirmado que a falta de limpeza das bermas não é preocupante e que não tem repercussões no turismo, frisando que desde há meses que as pessoas se encontram impossibilitadas de circular pelas bermas, atenta a altura da vegetação, e que sendo Melgaço um destino turístico, com predominância para o turismo de natureza, não vê como quem nos visita possa passear ou dar caminhadas, usando as vias públicas, com as bermas no estado em que estão.

O senhor deputado finalizou esta sua intervenção dizendo estranhar que o senhor Presidente da Câmara tenha dito que fica mal aos deputados da sua bancada falar no cancelamento da prova de Drift, lembrando que foi o executivo por aquele

Bábara  
Uma



chefiado que aquando das edições anteriores se colou grandemente a tal evento, ao qual quis imprimir a maior notoriedade.

Em resposta a esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que não disse que iria alterar o projeto do espelho de água. Vai manter o projeto como está. O que disse foi que neste momento, aquilo que falta fazer é a limpeza do rio, a reposição da margem e o arranjo urbanístico à volta do espelho de água. A respetiva ligação também terá de ser feita para que se faça a ligação do espelho de água com a água corrente, que entra e sai. Exclamou que não vão alterar nada. Contrariamente àquilo que foi a pressão da APA e a pressão mediática, não vão alterar o projeto e vão procurar, aos poucos, que o mesmo fique realizado tal como estava concebido.

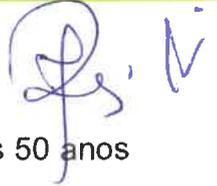
O senhor Deputado José Albano pediu desculpa por interromper e questionou ao senhor Presidente da Câmara se houve "ok" por parte da APA para a execução, tal como estava idealizada inicialmente. A isto, o senhor Presidente da Câmara respondeu que a APA nunca foi e continua a não ser da opinião que se realize aquilo como está no projeto, ao contrário do que disse em 2016, em parecer que têm em mão e que concordava com a realização do projeto tal como ele está desenhado e é isso que querem implementar. Finalizou dizendo que vão ter de encontrar formas inteligentes de resolver a situação sem em entrar em choque com a APA.

Assunto n.º2	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal
--------------	--

A Senhora presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia acrescentar mais alguma informação sobre este assunto.

Neste âmbito, o senhor Presidente quis dar duas notas para sublinhar aquilo que tem sido a realidade do município e que não consta nesta informação. Já depois da última reunião da assembleia, tiveram a oportunidade de fazer a celebração do 25

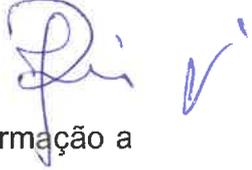
Barbara  
Lima



de abril, e crê que fizeram uma celebração com uma enorme dignidade dos 50 anos do 25 de abril e, sublinhou aquilo que foi importante nesse momento, que foi a oportunidade, na celebração destes 50 anos, da fanfarra dos bombeiros se reabilitar e estar neste momento com grande qualidade. Participou na festa e acredita que estão disponíveis para um conjunto de outras intervenções. Deu nota também que neste período tiveram enormíssimos prémios para os nossos produtores de vinho, que continuam a destacar-se no âmbito da sub-região Monção-Melgaço, com a capacidade de recolher prémios. Sublinhou ainda aquilo que foi a atribuição a cinco empresas de Melgaço do selo PNE líder 2023. Foram elas a Aflex Portugal-Indústria de Borracha Lda., o Anselmo Mendes Vinhos Lda., o António Canto Esteves Lda., a Monteagudo Stone e o Soalheiro. Partilhou que sente um enorme orgulho em ver as nossas empresas a receber este selo.

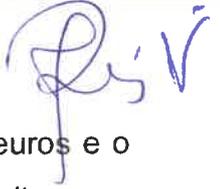
O deputado Vítor Cardadeiro pediu a palavra. Começou por questionar o senhor Presidente da Câmara sobre se há um projeto de financiamento para uma máquina de projetar digitalmente cinema. Acrescentou que, passados quase quatro anos, é para ele uma alegria haver um projeto de financiamento para uma máquina de cinema. Reconheceu que tem havido cinema, não com a frequência que devia, mas tem havido cinema e melhorias. Aproveitou o tema para perguntar como é que estamos em relação à requalificação da Casa da Cultura e do Cinema Pelicano. Durante quatro anos o Presidente disse-lhe sempre “para quê câmara digital se não temos ainda o espaço como queremos”. Partilhou que parece que não avançamos nas situações, mas se já temos uma câmara digital para passar filmes, o que é bom. Falou ainda da Festa do Alvarinho e disse que muitas vezes o sucesso das coisas passa por antecipar situações e desconfiar das coisas ajuda-nos a que de facto as coisas corram bem. Narrou que se lembra que já este ano o concelho ao lado tentou que a Festa do Alvarinho tivesse dois fins de semana e trabalhou para conseguir convencer os produtores e não conseguiu. Isto é para refletir. Os produtores, e fala por ele, querem sempre estar presentes na festa. Ele, este ano, infelizmente, não vai conseguir estar na festa porque teve uma replantação que se acumulou com um mau ano agrícola e ficou “caladinho e quietinho”. Mas sabe muito bem a quanto é que os produtores vendem cada garrafa de vinho. Apesar de ser sete ou oito euros, sabem muito bem como é que no fim ficam as contas com as ofertas. Disse que estamos a falar de 50%. Manifestou

Bárbara  
Lima



que aquilo que quis dizer, até porque nos últimos anos houve uma transformação a nível de espaço, é que a festa trouxe novas pessoas, mas perdeu-se aquela romaria, perdeu-se os domingueiros que vinham às caixas de vinho. Constatou que se passou a vender mais garrafas e que há sempre as contas que não se fazem com aqueles que nos visitam, mas compram nas adegas e acredita que não é esse o objetivo da Câmara. A Câmara quer os produtores na festa e que os agentes vão à festa. Se vão cada vez mais produtores dizer que não vão à festa e ficam nas adegas à espera dos clientes, perdemos aquilo que de facto é a festa e devemos continuar a lutar por o ter, que é ter uma festa do alvarinho cada vez mais forte e que divulgue Melgaço e os produtores. Deixou então a reflexão de que a Festa do Alvarinho melhorou tendo em conta algumas sugestões. No entanto, deixou quatro apontamentos: em primeiro lugar, defendeu que o fumeiro devia voltar para perto dos produtores, pois é uma coisa que tem prejudicado os produtores de alvarinho e até os produtores do fumeiro. É um complemento ótimo para manter as pessoas no espaço e melhorar o negócio dos vinhos. A seguinte proposta foi que o espaço administrativo de venda de copos deve estar virado para fora. Os produtores que estão por trás dessa barraca ficam bloqueados, sobretudo em horas em que o palco está com artistas. Quanto à questão de passar a música para dentro, no princípio concordou, mas explicou que agora estamos a ir para um tipo de música que prejudica quem quer conversar e conhecer o produtor e os produtos. Sugeriu que se for para manter a música dentro, que reconheceu ter vantagens, deve ser estudado o tipo de música que pomos lá. É isto que considerou ser importante e para além das conversas com a Associação de Produtores de Alvarinho (APA), sugeriu envolver mais a associação porque pode começar a complicar-se a disponibilidade dos produtores. Mencionou que só está a expor as suas angústias e aquilo que ouve por aí. Partilhou que há cada vez mais gente a fazer contra e que isso vai obrigar a que as Câmaras falem com os produtores e tem de se encontrar uma maneira de moderar, nomeadamente, o consumo nas provas de vinho. Renovou a sua tristeza de terem um nível de exigência na festa por causa do selo Monção-Melgaço. Mencionou que quer queiramos quer não, quem vai com produtos mais qualificados, não se referindo a produtos de melhor ou pior qualidade, mas referindo-se aos produtos que têm mais impacto, tem de vender os produtos mais caros e estão ao lado de outros que, não estando em causa a qualidade, não o fazem da mesma maneira. Explicou que o que se passa é que estão lado a lado e um vendeu cinquenta

Barbara  
Uma



garrafas por dia e o outro vendeu dez. Um vendeu a dez euros ou onze euros e o outro vendeu a quinze. Neste sentido, realçou que acha importante, para evitar possíveis abandonos da feira, que falem com os produtores. Elucidou o senhor Presidente de que concorda com o caminho que foi seguido por Monção e que considera que é esse que deve ser seguido em Melgaço para o sucesso da festa.

O deputado Paulo Cerdeira também quis intervir nesta matéria e entendeu a posição do deputado Vítor. Em termos logísticos, é óbvio que há sempre coisas a afinar e este ano já houve melhorias. Em relação ao fator preço, nomeadamente em relação aos domingueiros, disse que olham para a feira de uma maneira e à Câmara já não lhe começa a ser fácil gerir os produtores porque há muitas opiniões. Explanou que se tenta estabelecer um preço mínimo e confessou que ele é dos mais resistentes e puxa sempre os preços para baixo por uma questão de articulação com o que se passa no país. Melgaço fica longe de tudo, é a terra mais a norte de Portugal e têm que atrair pessoas. Comentou que os domingueiros gostam de vir às compras, como se fossem aos saldos por aí fora e, por isso, gostam de vir comprar a preços mais acessíveis. Nas festas, quer seja lá, quer seja cá, há uma visão em que devemos criar posicionamento de produto, puxar pelos preços e elevar preços. Partilhou que ele não concorda com essa visão e disse que entende que a festa é um lugar de promoção e muitos queixam-se de vendas, mas ele é do tempo em que se vendia a garrafa do alvarinho a cinco euros e a caixa valia quinze. Hoje em dia, já se quer vender uma garrafa ao preço de uma caixa e, em função do poder de compra das pessoas, é natural que se percam vendas e se percam pessoas. Os clientes antes vinham a Melgaço e levavam três ou quatro garrafas, agora vêm cá e levam uma garrafa ou duas. Anunciou que ele é a favor de que no evento não pode haver problema nenhum em termos um preço mais simpático e mais acessível. A ele, dez euros uma garrafa de espumante parece-lhe razoável, mas contou que há uma corrente que acha que deveria ser quinze euros. Ele tem de aceitar regras e se for votado isso, ele não se vai pôr contra ninguém. Quis, com esta intervenção, partilhar a ideia dele e dar o seu testemunho. Se as pessoas quiserem aumentar os preços e criar valor, não diz que não é uma perspetiva incorreta, mas temos que pensar aquilo que queremos. O vinho já tem estatuto, a terra já tem reconhecimento bem como os próprios produtores e considera que o vinho se pode comprar a um valor mais em conta. Desabafou que

Bábara  
Lima



ficou triste porque há uma visão nova de alguns produtores que consiste em não darem provas. Ele não tem problemas nenhuns em dar provas, nem que gaste cem ou cento e cinquenta garrafas. Defendeu que prefere que as pessoas que vêm a Melgaço sejam bem tratadas e que provem deste e daquele vinho e não há problemas com isso. Também há uma visão em que querem pôr senhas, com cinco ou seis provas porque gastam muitas garrafas em provas. Posto isto, já não sabe o caminho nem aquilo que está certo. Reclamou que este ano o preço mínimo era sete e havia produtores a vender a oito e a nove. Isto aconteceu porque os produtores são livres de vender mais caro, mais barato não, mas concluiu que só ele e mais três ou quatro é que estavam a vender a garrafa a sete euros. Notou que havia uns produtores a vender a dez euros e a doze euros o espumante e depois queixaram-se que venderam pouco. Reconheceu que esta é uma discussão que não é fácil de a Câmara gerir.

O senhor Presidente acrescentou que nesta questão da festa versus produtores versus Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA), não quer adiantar muito, mas quis sublinhar que apreciou que lhe fizessem chegar estas opiniões, seja quando fazem a avaliação, seja na Assembleia Municipal. Sobre a Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA), informou que a relação dos Municípios com a Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA) é boa e que o Paulo é o Vice-Presidente da Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA). Tiveram oportunidade de conversar mesmo antes da Festa do Alvarinho com a Presidente da APA e foi com agrado que houve essa conversa. Notou que há um dinamismo interessante na Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA) e denota-se que há uma outra visão. A Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA) será um fator muito importante de cooperação com os municípios e é desejável que isso aconteça. Também é desejável que haja conversas com a Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA) enquanto representante dos produtores antes dos eventos para que essas questões possam ser dirimidas e conversadas.

Passou a responder ao Deputado Vítor Cardadeiro e informou que estão a visitar esses dois projetos. Revisitaram o Cine Pelicano enquanto projeto para o novo museu de cinema, e o objetivo é criar um novo museu de cinema em vez de se fazer apenas uma ampliação, como inicialmente se previa. O museu de cinema que temos

Bárbara  
Lima

é pequeno e precisa de um olhar diferente. Precisa de novos conteúdos e o próprio Jean-Loup Passek reconheceu isso. Com isto, refletiu que precisamos de mais espaço e mais conteúdos. Estão a trabalhar nesse projeto, que é um projeto de 2016, se não lhe fala a memória. Já foi construído no seu primeiro mandato e agora estão a fazer a revisão para que possam tê-lo pronto. Acrescentou que estão a fazer a revisão do projeto de ampliação da Casa da Cultura, com um novo auditório, uma ampliação na zona da biblioteca e a articulação de todos estes espaços têm em vista posicionar estes dois projetos num novo quadro comunitário. No quadro comunitário anterior não foi possível e, sem querer criar falsas expectativas, disse que julga que neste novo quadro comunitário terá a oportunidade de financiar um e outro.

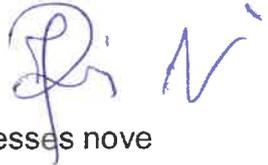
Contou que trouxe o Senhor Vice-Presidente da CCDR-N, Dr. Jorge Sobrado, para lhe mostrar esses projetos e também um outro novo projeto, que é o da construção de um novo arquivo municipal e também do espaço dedicado ao centro documentação Jean Loup Passek, que está numas instalações provisórias.

<b>Assunto n.º3</b>	<b>Análise e deliberação da proposta de aditamento à 1.ª Revisão da Estratégia Local de Habitação do Município de Melgaço.</b>
---------------------	--

A senhora Presidente da Mesa lembrou que esta estratégia local de habitação veio a aprovação da assembleia a vinte e dois de dezembro e agora temos aqui este aditamento que foi enviado para os senhores deputados. Pediu ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema antes de o colocar à votação.

O senhor Presidente da Câmara começou por explicar que se tratam de pequenas alterações à estratégia para poderem responder àquilo que são as necessidades. Uma primeira operação tem a ver com uma reabilitação de um imóvel na freguesia de São Paio e uma outra alteração é precisamente a introdução do investimento que ainda há pouco referiu, de aquisição e adaptação de um edifício, para lá se

Báscara  
Uma



construírem nove apartamentos: um T3, dois T2, cinco T1 e um T0 e, com esses nove apartamentos, dar resposta às necessidades que inicialmente estavam em onze, mas, entretanto, apenas são nove. Acrescentou que saiu, num dado momento, por razões formais, um beneficiário direto e agora querem reintroduzi-lo na estratégia para poderem fazer, se o financiamento assim o permitir, um investimento para mesmo beneficiário direto.

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo **aprovado por unanimidade**.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º4</b>	<b>Análise e deliberação da Constituição do Conselho Municipal de Educação de Melgaço</b>
---------------------	---

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para expor o assunto.

O Senhor Presidente disse que o Conselho Municipal de Educação já está constituído. Explicou que, entretanto, saiu uma professora da escola e foi preciso fazer a sua substituição, pelo que se aproveitou para reestruturar o Conselho Municipal de Educação.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa colocou este ponto a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 9 abstenções do grupo do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º5</b>	<b>Análise e deliberação dos Contratos Interadministrativos no âmbito do Transporte, com a Freguesia de S. Paio e União de Freguesias de Chaviães e Paços.</b>
---------------------	--

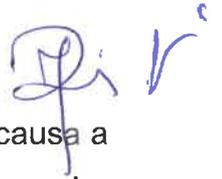
Barbara  
Cima

P. S. V.

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o assunto deste ponto da ordem do dia.

O senhor Presidente referiu que, tal como nos anos anteriores, trazem a esta assembleia estes contratos interadministrativos para que, caso sejam aprovados nesta sessão, os possam pôr em funcionamento no início do ano letivo 2024-2025 e possam atribuir os circuitos habituais às juntas de freguesia de S. Paio e da União de Freguesias de Chaviães e Paços, pelo valor médio por quilómetro de 4,31 euros. Explicou que este valor médio resultou do concurso feito para o período que está agora a terminar nos circuitos especiais. Foi este o valor que na altura ficou definido, resultante do concurso e é com este que fazem os contratos interadministrativos.

Pedi a palavra o Deputado José Albano. Nesta sua intervenção o deputado José Albano Domingues disse ter noção de que o senhor Presidente da Câmara já está cansado de ouvir os argumentos da sua Bancada no que concerne ao assunto dos transportes escolares, a serem realizados, no quadro de concertação com as Juntas de Freguesia, ao abrigo de contratos Interadministrativos, no caso a celebrar com a Freguesia de São Paio e com a União das Freguesias de Chaviães e Paços. Lamentou ter de os repetir, o que se fica a dever a, ano após ano, este assunto continuar a ser trazido à discussão e deliberação da Assembleia Municipal. Afirmou que os deputados do PSD procuram ser responsáveis e coerentes na ação política que desenvolvem. Responsáveis porque justificam, com a sua visão e argumentos, o sentido de voto que exercem, e coerentes porque pretendem ser lógicos e coesos no entendimento que ano após ano expressam quanto aos temas políticos que se encontram em cima da mesa. Relembrou, depois, que foi no seguimento da chamada de atenção por parte dos deputados da sua bancada (aludindo, designadamente, à Assembleia Municipal de 26 de junho do ido ano de 2015) que a Câmara Municipal de Melgaço mudou a forma procedimental da delegação de competências nas Freguesias, inicialmente feita através dos chamados "Acordos de Execução", e passando depois a fazê-lo através dos Contratos Interadministrativos, como sempre haviam defendido dever ser feito. Frisou, seguidamente, que gostariam de deixar bem vincado que, no que defendem, não está em causa a educação, enquanto pilar fundamental da nossa Constituição, da Sociedade e de um Estado de Direito; que também não está em causa a necessidade de garantir o facultamento de transporte a crianças em idade e

Bábara  
Uma

frequência escolar nos diversos circuitos; que da mesma forma não está em causa a necessidade de incrementar as fontes de financiamento do plano de atividades a desenvolver pelas Juntas de Freguesias, cujo aumento ou reforços de verbas defendem desde há longos anos. O que o senhor deputado referiu estar em causa é a colocação, em paridade ou igualdade de circunstâncias, das ditas Juntas de Freguesia e dos privados que trabalham a área dos transportes, em ordem a poderem concorrer aos ditos circuitos de transportes, considerando, a este nível, que a consulta aos demais agentes eventualmente interessados no transporte, sejam taxistas, empresas de transporte público, ou outros, é, a seu ver, um imperativo decorrente dos princípios que devem subjazer à delegação de competências, nos termos do que estabelece o artigo 121º da Lei nº 75/2013, de 12 de junho, entre os quais, e com realce, os princípios da igualdade, da não discriminação e da prossecução do interesse público, sendo ainda de notar que o artigo 120º, nº 2, do referido diploma legal consagra que o Código dos Contratos Públicos e o Código do Procedimento Administrativo são igualmente aplicáveis, em via subsidiária, à negociação, celebração e execução dos contratos interadministrativos. Acrescentou estarem também em causa os ganhos de proximidade e de eficiência, uma gestão eficaz e racional dos recursos disponíveis, assim como os custos envolvidos, que, na sua opinião, poderiam ser mais baixos, acaso se permitisse o livre exercício da concorrência a esse nível. Finalizou dizendo que estava em causa, fundamentalmente, a habilitação, vocação e apetrechamento de profissionais do ramo, e de veículos, que garantam o que é primordial, que é o conforto, a comodidade e a segurança, indispensáveis para operar num setor de atividade tão importante como aquele de que se estava a falar.

Terminada a intervenção do senhor Deputado, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que a questão que o senhor Deputado José Albano colocou de não assistência a alunos no nosso território, está regulamentada. Esclareceu que é de acordo com a regulamentação que fazem os concursos e desenham os transportes escolares. Não acredita que S. Paio não esteja abrangido pelo transporte escolar, acha que isso é estranho porque a distância regulamentar relativa à escola são três quilómetros e parece-lhe difícil que em S. Paio não haja transportes. Depois clarificou que relativamente ao critério de atribuição, este é o que têm feito e explicou isso em reunião de Câmara. Defendeu que se se exige que haja uma

Barbara  
Lima



contratação pública, e é o que fazem. E fazem-no para todo um conjunto de circuitos especiais. Foi dessa contratação pública que fizeram em setembro do ano passado que resultou este valor de 4,31 euros. Portanto, o que estão aqui a contratualizar com as juntas é o menor valor conseguido dessa contratualização pública. A questão de acautelar a boa utilização dos dinheiros públicos está feita. Referiu que não há problema quanto à utilização de dinheiro público e a sua equipa tem sido exigente na construção dos circuitos, tem procurado encontrar respostas com o valor mais baixo, para que possam usar bem os dinheiro públicos e estão confortáveis com aquilo que fizeram na área dos transportes escolares, bem como noutras áreas.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa colocou este ponto a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 9 abstenções do grupo do PSD.

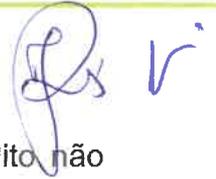
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º6	<b>Análise e deliberação da retificação dos Limites Administrativos das freguesias de Gave, concelho de Melgaço e Riba de Mouro, concelho de Monção.</b>
--------------	--

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir o assunto deste ponto da ordem do dia.

O senhor Presidente da Câmara informou que este foi um trabalho feito pelas duas freguesias, a Freguesia da Gave e a Freguesia de Riba de Mouro, que tentaram encontrar uma afinação entre as suas fronteiras. Este entendimento, já aprovado pelas freguesias, está a ser aprovado pelas Câmaras de Melgaço e de Monção. Caso queiram mais esclarecimentos, disse que talvez seja melhor o Presidente da Junta da Gave, Agostinho Alves, responder.

Tendo pedido o uso da palavra quanto a este ponto, e sendo-lhe pela Mesa concedido, o deputado José Albano Domingues deu nota de que a questão dos limites territoriais é das mais delicadas em cada concelho e no particular das freguesias, sendo aqui que mais sobressaem os conflitos e o exacerbar dos bairrismos. No

Barbara  
Lima

concreto ponto e situação em discussão referiu que, felizmente, esse conflito não existe, tendo os deputados da sua bancada tido a oportunidade de consultar as atas das assembleias de uma e da outra das freguesias e percecionado que a votação, aos ajustados limites, tinha sido favorável e até por unanimidade, pelo que, em função do exposto, a votação dos eleitos do PSD na Assembleia também seria favorável.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa colocou este ponto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º7	<b>Análise e deliberação da proposta de adenda aos Autos de Transferência de Competências com as Juntas de freguesia do Concelho.</b>
--------------	---

A Senhora presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia acrescentar mais alguma informação sobre este assunto.

O senhor Presidente da Câmara contou que depois de ouvirem os senhores presidentes das Juntas de Freguesia, decidiram que é hora de fazer alguma atualização no valor a transferir às Juntas de Freguesia, no âmbito da transferência de competências. Fizeram uma estimativa com base naquilo que foi também o índice de atualização do trabalho que têm tido na limpeza das bermas. Mostrou que entre 2021 e 2023 há um índice de atualização na ordem dos 39%. Com base nisso, fizeram uma atualização para as respetivas Freguesias e Uniões de Freguesia e, sendo assim, a partir do próximo ano cada uma das freguesias receberá vinte mil euros para a

Barbara Lima 

transferência de competências. Para as Uniões de Freguesia e para a Freguesia de Paderne farão uma atualização para vinte e sete mil e quinhentos euros. Somou tudo e isto dá um total de transferências de trezentos e cinco mil euros e um acréscimo de despesa em relação ao valor anterior de oitenta mil euros.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa colocou este ponto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º8	<b>Análise e deliberação dos documentos da revisão orçamental n.º 3 de 2024</b>
--------------	---

A Senhora presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir este assunto.

O senhor Presidente da Câmara explanou que precisam de fazer esta revisão para integrar, no nosso orçamento, o financiamento que temos aprovado e contratualizado, para a intervenção no Centro de Saúde, de 1,3 milhões de euros e precisam também de integrar no orçamento o valor contratualizado para a aquisição e requalificação do edifício na entrada da Vila, para fins sociais.

Na intervenção feita a propósito deste ponto o deputado José Albano deu nota, quanto ao sentido de voto, que os eleitos da bancada do Partido Social Democrata têm por norma optado pela abstenção no que concerne às revisões orçamentais.

No concreto caso em discussão, todavia, a revisão justifica-se com a necessidade de integrar no orçamento as verbas respeitantes às intervenções a fazer no Centro de Saúde de Melgaço e na aquisição e reabilitação de fogos a destinar à habitação, no âmbito da Estratégia Local para a Habitação (ELH). Finalizou dizendo que tendo em conta as candidaturas aprovadas, com o que concordam, e a necessidade de levar avante os projetos e as realizações em questão, neste concreto caso o sentido de voto dos deputados da sua Bancada seria a favor.

Bárbara  
Uma

Dei r

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa colocou este ponto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º9	<b>Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2023.</b>
--------------	--

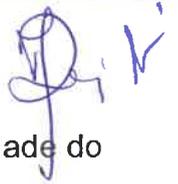
A Senhora presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir este assunto.

O senhor Presidente da Câmara explicou que é obrigação legal, depois de aprovarem as contas das várias empresas e da Câmara, em abril, o que já fizeram em assembleia, trazerem agora, em junho, a consolidação destas mesmas contas.

Pediu a palavra o senhor Deputado Manuel Rodrigues que, após saudar toda a assembleia, iniciou a sua intervenção.

Relativamente a este assunto “Análise e deliberação dos documentos de prestação de contas consolidadas de 2023”, começou por dizer que apesar de ser uma imposição legal, também é uma oportunidade para esta Assembleia discutir e deliberar sobre as mesmas e os melgacenses terem conhecimento do real estado das empresas municipais.

As empresas municipais devem ser geridas com o maior rigor e eficiência, com uma gestão financeira equilibrada de modo a serem sustentáveis e garantirem um futuro promissor. No que concerne ao Município, as contas já foram debatidas e votadas na última assembleia, no entanto, voltamos a referir a degradação de vários indicadores económico-financeiros e o resultado negativo acima de 1,4 milhões de euros.

Bensang  
Uma

Explicou que existem vários indicadores preocupantes face à incapacidade do Município de gerar receitas próprias. Os principais indicadores que influenciam negativamente as contas do Município são, como referido, fraca capacidade de gerar receitas próprias, dependência de receitas de capital para investimento, aumento da despesa corrente, aumento com custos de pessoal na ordem dos 9,45% no último ano e que representam um peso de 53,12% das despesas correntes, aumento do passivo corrente e não corrente na ordem dos 9,17% no ano, atingindo um valor de mais de vinte milhões de euros.

Liquidez geral: 0,52 (significa que o município não possui capital suficiente para as obrigações)

Liquidez reduzida: 0,50 (significa que os meios financeiros líquidos não pagam o passivo de curto prazo).

Liquidez imediata: 0,09 (sem fundos imediatos para cobertura do passivo corrente).

Endividamento: 0,19 (Risco de não cumprimento da dívida)

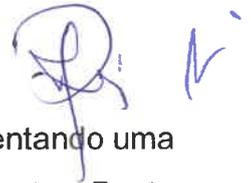
Autonomia financeira :0,81 (existe dependência de capitais alheios para financiar o ativo)

Para melhorar a solidez financeira, aconselhou o senhor Presidente a que o Município se foque em estratégias para aumentar a margem operacional, seja através da contenção de custos ou da diversificação das fontes de receita.

Defendeu que é crucial que o Município continue a gerir a dívida de forma prudente, evitando novos endividamentos que possam comprometer a estabilidade financeira, como já aconteceu no passado. Para garantir uma gestão financeira mais eficiente e sustentável recomenda-se: diversificação das receitas, controle das despesas correntes, aumento do superavit operacional, gestão prudente da dívida e promoção da sustentabilidade.

Sustentou que a implementação destas recomendações poderá fortalecer a posição financeira do Município de Melgaço, garantindo um crescimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para os Melgacenses.

Bárbara  
Lima



Continuou a sua análise e focou-se na Empresa Cura Aque, apresentando uma análise crítica das contas da empresa em 2023, com vários pontos importantes: Ponto 1: Evolução Financeira e Desempenho: o volume de negócios apresenta-se muito reduzido. A empresa apresentou um prejuízo líquido de 497€. Os prazos médios de pagamento, e níveis de endividamento, são críticos, o que traduz uma saúde financeira da empresa muito débil; Ponto 2: Rendibilidade: o desempenho da rentabilidade económica e financeira da empresa são indicadores que se apresentam negativos; Ponto 3: Desafios Operacionais: a empresa enfrenta desafios como a necessidade de modernização das instalações e a adaptação às novas tendências do mercado de bem-estar e turismo de saúde. Acrescentou que os investimentos em infraestruturas e marketing são essenciais para atrair visitantes e garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo.

Relativamente ao seu desempenho financeiro: Ponto 1: Estrutura de Custos: disse que os custos operacionais da empresa são muito elevados face às receitas. Os principais componentes dos custos fixos incluem salários e benefícios dos funcionários, manutenção das instalações e despesas administrativas; Ponto 2: Financiamento e passivo: em 2023, a dívida/passivo total da empresa aumentou aproximadamente 20%, elevando o índice de endividamento, o que pode representar um risco financeiro se a empresa não conseguir gerar lucros futuros para amortizar a dívida; Ponto 3: Indicadores de Rentabilidade- Margem de Lucro: a margem de lucro operacional da Cura Aquae em 2023 foi negativa, indicando que os custos operacionais superaram em muito as receitas geradas. Sugeriu uma necessidade urgente de revisão da estratégia e que deve haver uma estratégia eficaz e otimização das operações para melhorar a eficiência e resultados. O retorno sobre ativos e retorno sobre capital próprio são bastante negativos o que reflete a nula rentabilidade aos seus ativos e ao capital investido pelos acionistas. Mencionou o art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais em que os capitais próprios são inferiores a 50% ao capital social e se não fosse o investimento do parceiro privado na ordem de 1,2 milhões de euros a empresa estava insolvente; Ponto 4: Desafios Operacionais: salientou que a Cura Aquae enfrenta forte concorrência de outras estâncias termais e SPAs na região e em todo o país. A inovação nos serviços oferecidos e a melhoria contínua da qualidade são essenciais para diferenciar a empresa no mercado. Investimentos em marketing digital e

Barbosa  
Cina



parcerias estratégicas também podem ajudar a atrair um público mais amplo; Ponto 5: Conformidade e Responsabilidade Social: recomendou que a empresa deva continuar a cumprir todas as regulamentações locais e nacionais, incluindo normas ambientais e de segurança. A responsabilidade social corporativa também é um aspeto importante, e iniciativas que beneficiem a comunidade local podem melhorar a imagem da empresa e fortalecer os seus vínculos com a sociedade.

Quanto às perspetivas futuras, defendeu a expansão de serviços, uma vez que a diversificação dos serviços oferecidos, como a introdução de novos tratamentos e pacotes de bem-estar, destacando o tratamento da diabetes, pode aumentar as receitas. A expansão para mercados internacionais, através de parcerias com operadores de turismo, pode também atrair mais clientes. Declarou que para alcançar a sustentabilidade financeira, a empresa deve focar-se em estratégias de redução de custos, aumentar o significativo de receitas e rentabilidade, aumentar a eficiência operacional e melhorar a experiência do cliente. Exclamou que o desenvolvimento de um plano financeiro sólido, incluindo a gestão cuidadosa do passivo e a otimização do capital gerado, são essenciais.

Concluiu que a análise das contas de 2023 da Cura Aquae - Termas de Melgaço revela uma empresa tecnicamente falida, com custos operacionais elevadíssimos face às receitas. Embora no futuro tenha potencial de crescimento, nomeadamente com a conclusão do Hotel do Peso, poderá enfrentar desafios significativos. Disse que aumentar o volume de negócios, gerir eficazmente os custos e investir em inovação e qualidade são passos cruciais para assegurar um futuro próspero. A transparência na gestão e a responsabilidade social também desempenham um papel vital na construção de uma empresa sustentável e confiável.

Com um planeamento estratégico adequado e a execução eficaz das ações propostas, a Cura Aquae pode fortalecer a sua posição no mercado e alcançar os seus objetivos de longo prazo, beneficiando tanto a empresa quanto a comunidade de Melgaço.

Passou a analisar as contas da empresa municipal Melsport. Começou por dizer que a Melsport, Empresa Municipal de Melgaço, desempenha um papel

Bárbara  
Lima



fundamental na gestão e promoção das infraestruturas desportivas e de lazer do município. Em 2023, a empresa continuou a sua missão de fomentar a prática desportiva e proporcionar serviços de qualidade aos cidadãos e visitantes. Neste contexto, apelou a que uma análise crítica das contas anuais é essencial para entender a eficiência operacional e a sustentabilidade financeira da entidade. Em 2023, a Melsport apresentou um aumento no total das receitas muito à custa de subsídios à exploração pagos pelo Município. Referiu que o Volume de vendas e serviços prestados diminuiu face a 2022 em 15 mil euros. Por outro lado, as despesas operacionais também registaram um aumento, particularmente nos custos com pessoal, onde falamos em mais 104 mil euros e manutenção das instalações. A manutenção regular é crucial para assegurar a segurança e a qualidade das infraestruturas desportivas, mas representa um desafio financeiro significativo. Durante 2022/2023, a Melsport realizou investimentos consideráveis na renovação e ampliação das suas instalações. Afirmou que este investimento é visto como necessário para atrair mais utilizadores e oferecer melhores condições para a prática desportiva. No entanto, é fundamental analisar a viabilidade financeira desses investimentos a longo prazo. A empresa necessita de assegurar que os novos investimentos trarão um retorno adequado, seja através de aumento de receitas ou redução de custos operacionais futuros.

Quanto ao desempenho financeiro da Melsport, disse que a análise do balanço financeiro de 2023 revela uma situação de equilíbrio delicado. Embora a Melsport tenha conseguido manter um fluxo de caixa positivo, a margem de lucro é relativamente pequena. A dependência de subsídios municipais e outras formas de financiamento público é evidente, o que levanta questões sobre a sustentabilidade da empresa sem este apoio contínuo. A capacidade da Melsport de gerar receitas próprias suficientes para cobrir todas as suas despesas é um ponto crítico que merece atenção. Como recomendações, disse que a Melsport enfrenta vários desafios que exigem uma gestão cuidadosa e estratégica. Assim, primeiro, sugeriu que a necessidade de equilibrar a oferta de serviços de qualidade com a contenção de custos é crucial. Implementar medidas de eficiência energética, como a instalação de painéis solares e o uso de tecnologias de poupança de água, pode ajudar a reduzir os custos operacionais. Em segundo lugar, a diversificação das fontes de receita é essencial. Referiu que a

Bárbara  
Lima

empresa poderia explorar novas parcerias com entidades privadas, aumentar a oferta de eventos desportivos e culturais que atraiam mais visitantes e participantes, e desenvolver programas de fidelização que incentivem a adesão de médio/longo prazo dos utilizadores. Finalmente, defendeu que a transparência na gestão financeira e a comunicação clara com a comunidade sobre os desafios e sucessos da empresa são vitais para manter a confiança pública e garantir o apoio contínuo. Concluiu que a análise crítica das contas de 2023 da Melsport revela uma empresa dedicada à promoção do desporto e do bem-estar em Melgaço, mas que enfrenta desafios significativos em termos de sustentabilidade financeira nomeadamente a dependência do Município. A implementação de estratégias de eficiência e diversificação de receitas, aliada a uma gestão transparente, será fundamental para garantir que a Melsport continue a desempenhar o seu papel vital na comunidade.

Fez ainda uma breve análise das Quintas de Melgaço. Dessa análise retirou que as contas da empresa municipal Quintas de Melgaço, referentes ao exercício de 2023, apresentam um panorama multifacetado que merece uma análise detalhada, tanto em termos financeiros quanto operacionais. Em 2023, a receita operacional da Quintas de Melgaço registou um aumento de mais de 7% em comparação com o ano anterior, atingindo um total de 4,8 milhões de euros. Alertou que os custos operacionais também aumentaram, embora a um ritmo mais lento que as receitas. Este aumento pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a inflação, os custos de energia e matérias-primas, e os investimentos em novas tecnologias de produção e automação. É importante que a empresa continue a monitorizar estes custos de perto e explore opções para otimizar a eficiência operacional, como por exemplo investir em fontes de energia renovável. Elucidou a Assembleia de que a margem bruta da empresa melhorou ligeiramente, passando de 41,95% para 44,65%. O lucro líquido sofreu um aumento situando-se em 310 mil euros. A análise da liquidez revela que o índice de liquidez corrente da empresa é de 1,5, indicando uma posição relativamente saudável para cobrir as obrigações de curto prazo. No entanto, o índice de endividamento, reflete uma dependência considerável de financiamento externo. Sugeriu que a empresa deve considerar estratégias para melhorar a liquidez, como a revisão dos ciclos de caixa e a gestão eficiente de inventários.

Barbara  
Uma



Apesar dos desafios enfrentados em 2023, a Quintas de Melgaço demonstra um potencial significativo de crescimento, sustentado por uma forte marca e uma procura crescente por produtos v\u00ednicos de alta qualidade. No entanto, a sustentabilidade deve ser uma prioridade, tanto em termos financeiros quanto ambientais. Declarou que os investimentos em efici\u00eancia energ\u00e9tica e gest\u00e3o de res\u00edduos podem n\u00e3o s\u00f3 reduzir custos a longo prazo como tamb\u00e9m melhorar a imagem da empresa junto dos consumidores cada vez mais conscientes das quest\u00f5es ambientais.

Em conclus\u00e3o, a an\u00e1lise das contas da Quintas de Melgaço para o ano de 2023 revela uma empresa em crescimento, mas enfrentando desafios significativos relacionados com custos e endividamento. Para garantir um futuro sustent\u00e1vel, salientou que a empresa deve focar-se em: Alterar a estrutura acionista diminuindo a posi\u00e7\u00e3o do Munic\u00edpio de modo a poder aceder a fundos comunit\u00e1rios o que com a atual estrutura n\u00e3o \u00e9 poss\u00edvel; Otimizar os custos: implementar medidas de efici\u00eancia operacional e explorar fontes de energia renov\u00e1vel; Garantir que a expans\u00e3o \u00e9 suportada por capacidades log\u00edsticas e produtivas adequadas; Sustentabilidade: Investir em pr\u00e1ticas sustent\u00e1veis que podem reduzir custos e melhorar a imagem da marca. Sublinhou que atrav\u00e9s destas a\u00e7\u00f5es, a Quintas de Melgaço poder\u00e1 melhorar a sua posi\u00e7\u00e3o financeira e garantir um crescimento sustent\u00e1vel a longo prazo e que esta empresa continua no bom caminho empresarial.

O deputado V\u00edtor Cardadeiro questionou se seria dif\u00edcil conseguir um protocolo com o centro de sa\u00fade, conseguir umas horas de enfermagem e porventura, algum m\u00e9dico, para as termas. A\u00ed sim, valeria a pena ir \u00e0 procura de turistas, isto j\u00e1 para n\u00e3o falar na mais valia para os melgacenses. Somos culpados por n\u00e3o sermos capazes de p\u00f4r a funcionar as termas do nosso concelho. Todos os presentes devem-se sentir mal por n\u00e3o sermos capazes de mudar isto. Defendeu que temos todos de acreditar que podemos mudar Melgaço, que \u00e9 tamb\u00e9m um destino de sa\u00fade de excel\u00eancia. Sobre as termas terminou dizendo "m\u00e3os \u00e0 obra".

Sobre a Melsport, ao ver o relat\u00f3rio confirmou que s\u00e3o dois anos consecutivos sem equipas da primeira liga. Apesar de a Melsport ter tido sucesso em muita coisa, n\u00e3o deixa de ser estrat\u00e9gico a angaria\u00e7\u00e3o de equipas, nacionais ou estrangeiras, para deixarem aqui algumas receitas. Partilhou que sabe que nem tudo depende de n\u00f3s e

Bárbara  
Lima



que sabe que há equipas que deixaram de procurar Melgaço por causa do funcionamento interno do hotel, mas julga que nos falta criar ligação com quem decide. Os Arcos de Valdevez, não tem melhores condições que nós, estão é muito conectados e sabe que vão ter o Gil Vicente, o Famalicão e o Porto B, quando o Porto tem aqui um protocolo. Voltou a realçar que sabe que há equipas que não vêm por motivos alheios ao Centro de Estágios, se calhar algumas até não vêm por causa dos acessos. Contudo, quis apenas ter a certeza que a gestão atual do Centro de Estágios continua a ter como objetivo essas equipas.

Agradeceu ao Senhor Presidente por ter dado força à Associação de Veteranos do Melgacense, para pôr no ar, em setembro, uma coisa que pode ajudar a Melsport e desejou que a gestão da Melsport se aliasse a eles na construção deste evento. Os primeiros contactos que têm tido entre Melsport e Benfica têm revelado que estamos a falar de muita gente que neste momento ou são diretores ou são treinadores de enormíssimas equipas. No decorrer da sua intervenção fez um aparte, para preparar as costas do Senhor Presidente. Contou que esteve com o Presidente da Câmara de Valença e, em conversa, este disse-lhe “passa para cá o evento que eu dou-te o triplo”, mas o senhor Deputado não larga Melgaço. Salientou que se está a fazer de tudo para que fiquemos iguais aqueles jogadores que, na taça UEFA, jogaram Celta-Benfica e querem que alguns de nós sejam titulares desses jogos. Confessou que está a ser difícil, mas não vai desistir. Sugeriu que se criassem condições à volta do Centro de Estágios para não perder esse evento, pois é uma fonte de receita importante. Desejou que, em conjunto, lutássemos por isso e informou que o evento será no final de setembro.

Terminada a sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara mencionou que tivemos aqui uma análise que faz jus a uma análise do Banco de Portugal. Deu os parabéns pela análise feita e disse quase que lhe inaugura um grande futuro do ponto de vista de analista financeiro e até como consultor financeiro. Dando continuidade à sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara referiu que ouvimos mais do mesmo, mas mais bem embrulhado. Deu-lhe os parabéns pelo embrulho, mas realmente ouviu mais do mesmo daquilo que é a análise das contas do município, depois a análise das empresas municipais e não irá perder demasiado tempo com isso.

Bárbara  
Lima

Sobre contas do município, registou algumas notas. Uma delas é a questão do resultado líquido de 2023. Declarou que foi esclarecido na assembleia municipal de abril, quando apresentaram as contas, que esse resultado líquido negativo se justifica pelo facto de terem feito aquilo que há muito tempo deveriam ter feito, que é colocar no imobilizado a nossa rede viária, rede de água, saneamento, etc. Colocaram todos esses ativos nas nossas contas com as respetivas amortizações, que levaram a esse resultado líquido, que era um resultado líquido positivo. Constatou que está a falar de depreciações e não de valores reais.

Quanto à receita própria, anunciou que temos pouca receita própria. Questionou o que se poderá fazer. Explicou que temos a receita própria das eólicas, que nos ajudam imenso no nosso orçamento. O trabalho que está a ser feito na Zona Empresarial de Nova Geração também trará dividendos futuros, pois também haverá condições de vender energia e com certeza que acrescentará, com receita própria, àquilo que é o nosso orçamento atual. Disse que só temos uma forma de ir buscar receita própria, que é ao IMI, ao IUC, ao IMT, porventura ao imposto que não cobram sobre o lucro das empresas, que é a derrama. Questionou se o senhor deputado Manuel Rodrigues acha que devemos aumentar o nosso IMI, que está na base mais reduzida, sendo de 0.32 quando o limite mais baixo é 0.30. Podemos aumentar para 0.5 para aumentar receitas próprias com alguma sustentabilidade e alguma dimensão. Concordeu que temos que aproveitar todas as condições de financiamento que existem no mercado para fazer face às despesas, uma vez que é verdade que temos pouca receita própria. Sustentou que têm de ser capazes de ir buscar muito investimento de capital para trazer para o território e que têm tido essa capacidade. Mais questionou “Evitar endividamento futuro?” e defendeu que têm feito uma gestão de endividamento muito rigorosa. Fizeram algum endividamento, mas até os senhores deputados do PSD lhe disseram que tinham condições para fazer esse endividamento. Não foi por causa do conselho, mas a verdade é que sentiram a necessidade de fazer algum endividamento para o realizar trabalho necessário para o território. É com esse critério que vão manter o endividamento, naquilo que consideram ser saudável para o município.

Disse que o senhor deputado falou em Troika e ele não sabe o que significa, dado nunca ter havido troika nenhuma no município. A isto, o senhor deputado Manuel

Barbara Lima

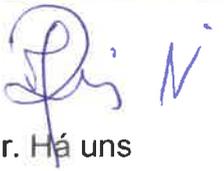


Rodrigues esclareceu que se estava a referir ao PAEL, que foi imposto. O senhor Presidente da Câmara clarificou que o PRED e o PAEL foram dois instrumentos criados para as autarquias a nível nacional para poderem resolver os seus problemas e antes da troika. Foram programas de financiamento aos municípios e Melgaço aproveitou. Já pagaram o PRED e o PAEL estão a pagar.

Relativamente à análise da CURA AQUE também ouviu mais do mesmo. É uma empresa difícil que tem tido durante os seus anos de funcionamento imensa dificuldade. Admitiu que foi um erro desenhar a intervenção das termas sem desenhar a intervenção com o hotel incluído. Quaisquer termas neste país tem um hotel associado. Sem hotel, não há possibilidade de desenvolver uma infraestruturas como as Termas do Peso. Vamos agora acreditar que com o hotel associado isto possa acontecer. Foi feito trabalho, nomeadamente de redução de custos. Exemplo disso é o investimento na ordem dos 250.000 euros em painéis fotovoltaicos para reduzir a despesa mais incomportável que as termas tem, que é a despesa da fatura energética. Deu uma vénia aos empresários Augusto Pires e ao seu sócio, que é um grande empresário francês e que juntos tem ajudado e assegurado o projeto das termas. Reconheceu que têm de trabalhar mais para desenvolver as termas. As piscinas estão abertas novamente, depois daquele período complicado das inundações. Desejou que os melgacenses lá fossem, pois há uma resistência muito grande da parte dos melgacenses em lá ir e é uma resposta de grande qualidade.

Quanto à Melsport, vem sempre a questão de o município ter que ajudar muito a que esta funcione. Informou que no ano passado tiveram uma redução de 15.000 euros na faturação porque foi um verão muito mau. As piscinas descobertas tiveram uma redução no número de utilizadores, o que resultou numa baixa na faturação. As outras respostas tiveram um acréscimo de faturação muito considerável, mas as piscinas, que são as mais relevantes, tiveram um decréscimo. Sustentou que a Melsport é importante para que tenhamos uma escola de Desporto e Lazer, condições para que as nossas associações funcionem e condições de atratividade em muitas outras áreas e desenvolvimento de um conjunto de atividades desportivas. Para além de tudo isto, a Melsport tem feito um trabalho grande. Quanto aos estágios, este ano receberam o pedido de cinco equipas ou até mais. Equipas de primeiro nível, interessadas em fazer estágio em Melgaço. Explicou que a

Barbara  
Lima

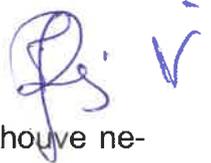


questão hoteleira é uma questão difícil e que eles não a conseguem controlar. Há uns anos atrás, as unidades hoteleiras estavam todas disponíveis a receber grupos desta natureza sem discutir demasiado o preço. Felizmente, temos uma procura muito grande na área do turismo e as unidades hoteleiras quando são contactadas, não tem disponibilidade de contratualizar um período para isto pois sabem que vão ter muita procura e é mais rentável não contratualizar períodos pois sabem que os turistas vão pagar mais alto o valor do quarto. Desejou que com o hotel do Peso se abra o leque de ofertas de hoteleira e seja possível equacionar melhor essa procura. Informou que eram sete as equipas interessadas: Guimarães, Famalicão, Casa Pia, Estoril, etc, e não foi possível fechar por causa da questão da hotelaria. Fecharam negócio com duas equipas e vêm para cá fazer estágio. São estas dores de crescimento que os afligem quando têm que negociar estas vindas de equipas para cá. A Melsport continuará a fazer o seu percurso. Tem um papel importante para o território e no próximo ano teremos um campeonato da Europa de mountain bike, com cerca de 40 seleções de toda a Europa, em Melgaço, durante toda ou quase toda a semana e isso só acontece graças à Melsport e ao facto de terem desenvolvido uma pista ao lado do monte de Prado.

Relativamente às Quintas de Melgaço, exclamou que está um excelente trabalho a ser feito, com crescimento na faturação, afirmação da qualidade dos vinhos em todo o país e no estrangeiro. Quanto à questão de sair do capital social das Quintas de Melgaço de forma a conseguir que as Quintas tenham um espartilho menor para se desenvolverem, é uma questão que está a ser trabalhada há muito tempo. Convidou quem for produtor a estar na Assembleia Geral das Quintas de Melgaço, onde esse assunto vai ser tratado de forma profunda para que as Quintas de Melgaço tenham mais condições de crescimento e estão a trabalhar essa questão com o conselho de administração.

O senhor Deputado Manuel Rodrigues agradeceu pelo comparativo com o Banco de Portugal, sentiu-se muito lisonjeado. Os argumentos são os mesmos porque as contas são as mesmas, se as contas fossem melhores, não tratava tudo da mesma forma. Afirmou que o PAEL foi uma imposição, não pela troika, mas pela situação de asfixia em que se encontrava o município.

Bárbara  
Lima



A este respeito, o senhor Presidente da Câmara reiterou que não houve nenhuma imposição na utilização de um instrumento financeiro colocado à disposição dos municípios. O município simplesmente considerou que era importante utilizá-lo, em 2012, se não lhe falha a memória. Não há imposição nenhuma. Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa colocou este ponto a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com 9 votos contra do PSD. Há declaração de voto das duas bancadas.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto</b> n.º10	<b>Análise e deliberação da Lista de Candidatos a Juizes Sociais.</b>
-------------------------	---

A senhora Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia acrescentar mais alguma informação sobre este assunto. O senhor Presidente da Câmara explicou que houve um pedido do tribunal para lhes fazerem chegar esta lista de pessoas disponíveis e que consideram adequadas para, porventura, serem chamadas a juizes sociais quando algum julgamento tiver necessidade. Aproveitou para desejar a todos boa sorte e convidar para as marchas de São João, na Vila, dado ser a sua última intervenção. Desejou também festejar os golos de Portugal.

Foi concedida a palavra à deputada Aurora Soares que Começou por referenciar alguns lapsos existentes na informação interna que lhes foi entregue sobre este ponto da ordem de trabalhos, designadamente:

- no ponto 4 dessa informação, onde se refere a necessidade de preparar a lista dos candidatos a Juizes sociais para a secção de Competência Genérica de Melgaço ...”**para o próximo biénio 2020/2022**”, deveria constar “para o próximo biénio de 2025/2026”.

Baibans  
Uma



Chamou ainda a atenção para o ponto 5 onde se refere “esta intervenção do Município se desenvolve na prossecução do Interesse público” e para o ponto 7 onde se diz “se organizou a lista de candidatos ...”, referindo que apesar de não terem nada contra o português do Brasil, gostariam que em Melgaço, nomeadamente, na Câmara Municipal, se escrevesse o português que apreenderam na escola.

Relativamente à lista de candidatos, colocou as seguintes questões: Qual o critério que foi usado para a escolha dos candidatos? Porque motivo não foi consultada a oposição sobre este assunto? Referiu, também, que os deputados do PSD entendem que deveriam ter sido consultados para a elaboração da dita lista, sendo de opinião de que tal lista está muito politizada. Terminou dizendo que, embora não concordem com a forma como a lista foi elaborada, os deputados em causa pretendem deixar bem vincado que, de modo algum, estão contra as pessoas indicadas ou duvidam da sua competência para o cargo.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara e declarou que, quanto ao ponto 4, registaram o lapso. Quanto ao considerando ou não considerando, acha que é irrelevante. Por último, relativamente à politização ou não politização da lista, não estão a considerar alguém que vá ter, na ação enquanto juiz, qualquer intervenção política. Esclareceu que ali se trata de intervenções sociais e apenas procuram encontrar pessoas que estivessem disponíveis. Adiantou que bateram à porta de muitas que não estavam disponíveis para integrar esta lista. Sublinhou que não há qualquer intenção política na construção desta lista.

O Deputado Manuel Luís acrescentou que, realmente, aquele “se” também lhe pareceu um bocado brasileirismo, mas, de facto, não é. Explicou que se tem de ler “considerando que se organizou...”. Não se pode dizer “considerando que organizou-se”.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa colocou este ponto a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com 9 abstenções do PSD.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

**Assunton.º11 Intervenção do Público.**

Não houve pedidos de intervenção.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 13:30 min, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

**Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves**

*Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves*  
Presidente

**Bárbara Lima**

1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

*Bárbara Lima*

**António Nabeiro**

2.º Secretário da Mesa da Assembleia



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**MOÇÃO**

***Oposição à Instalação da Linha de Alta Tensão Ponte de Lima – Fontefría,  
Troço Português***

**Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Melgaço:**

**Considerando que:**

- A.** No passado dia 21 de maio, a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), emitiu a licença de estabelecimento para a instalação da “Linha de Alta Tensão Ponte de Lima – Fontefría, Troço Português, a 400 kV,” na sequência da emissão, em julho de 2023, de parecer favorável condicionado no RECAPE — Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução e, em fevereiro de 2024, da Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE) da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
- B.** De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, o troço nacional deste projeto prevê a construção de duas novas linhas duplas trifásicas de 400 kV, atravessando, potencialmente, 121 freguesias dos concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Monção e Melgaço, abrangendo, portanto, um vasto território no distrito de Viana do Castelo, e afetando diretamente a freguesia de Penso, no concelho de Melgaço.
- C.** Estão em curso duas providências cautelares intentadas pelos cinco municípios afetados pela instalação da linha contra a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), evidenciando a contestação e a preocupação das comunidades locais.
- D.** A Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), enquanto entidade licenciadora, emitiu a licença de estabelecimento em 21 de maio passado sem fornecer informação prévia aos municípios afetados, que apenas foram informados pela REN (Rede Elétrica Nacional) no dia 26 de maio.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

- E. Considerando ainda os impactos negativos gerados por projetos elétricos desta natureza e dimensão, nomeadamente:**
- i) **Impacto na Saúde:** Diversos estudos apontam para possíveis riscos na saúde associados à exposição prolongada a campos eletromagnéticos gerados por linhas de alta tensão que incluem, entre outros, a maior incidência de problemas neurológicos, distúrbios do sono, e potenciais efeitos cancerígenos, especialmente em crianças e pessoas vulneráveis.
  - ii) **Impacto Ambiental e Paisagístico:** A instalação de infraestruturas de alta tensão pode causar danos significativos à fauna e flora locais, além de alterar drasticamente a paisagem natural, afetando negativamente a qualidade de vida das populações e o potencial turístico da nossa região.
  - iii) **Impacto na Economia Local:** O troço da linha atravessa quintas de produção de vinho alvarinho já instaladas e outras com potencial para serem desenvolvidas. Estas atividades económicas são tão importantes para a freguesia de Penso e para o concelho de Melgaço que estão mesmo plasmadas na estratégia de desenvolvimento municipal preconizada pelo Plano Diretor Municipal de Melgaço. O atravessamento destas quintas por esta infraestrutura irá onerar significativamente o potencial investimento que elas têm atualmente, lesando os seus proprietários e prejudicando o desenvolvimento económico da população local.
  - iv) **Impacto Social:** A falta de transparência e de consulta prévia às populações e autarquias locais gera um sentimento de desconfiança e de exclusão dos processos decisórios, afetando a coesão social.

**Perante o exposto, a Assembleia Municipal de Melgaço, reunida em sessão ordinária de 22 de junho de 2024, delibera:**



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

- 1.º** Manifestar a sua veemente oposição à instalação, com o traçado atual, da linha de alta tensão Ponte de Lima - Fontefria, devido aos significativos impactos negativos na saúde pública, no ambiente, na economia local e na coesão social.
- 2.º** Propor a suspensão imediata da eficácia da DIA favorável ao projeto de construção da linha de alta tensão e do ato de licenciamento emitido pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) até que sejam realizadas novas avaliações independentes e participativas sobre o traçado da linha, assegurando a minimização das externalidades negativas para as populações afetadas.
- 3.º** Solicitar à DGEG e à REN a disponibilização de todas as informações pertinentes aos municípios e às populações locais, promovendo um processo de decisão transparente e inclusivo.
- 4.º** Exigir a implementação de medidas que garantam uma melhor avaliação ambiental e social do traçado da linha, com a participação ativa das comunidades e autarquias locais, assegurando que os interesses e o bem-estar das populações sejam prioritariamente considerados.

A presente moção deverá ser enviada ao Ministério do Ambiente, à DGEG, à APA, à REN e às Câmaras Municipais e Assembleias Municipais dos Municípios de Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Monção.

Melgaço, 22 de junho de 2024

O Grupo Municipal do Partido Socialista



## MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

Pela promoção da Saúde Mental nas Freguesias

### ***Considerando que:***

I. A promoção da Saúde Mental tem adquirido uma nova relevância, na discussão pública em Portugal, especialmente após a pandemia de Covid-19. Este contexto, exacerbou muitos dos problemas preexistentes, além de originar novos desafios;

II. De acordo com os dados apresentados no relatório “*Portugal: The Nation’s Health 1990–2016*”, Portugal é um dos países da Europa com maior incidência de problemas de saúde mental. Assim como, um dos maiores consumidores de psicofármacos, nomeadamente, antidepressivos e ansiolíticos;

III. Segundo a Ordem dos Psicólogos, cerca de metade dos portugueses sentiu impactos psicológicos moderados ou graves, durante a Pandemia, e mais de 70%, dos que estiveram em situação de isolamento, relataram sofrimento psicológico;

IV. A crise económica, a guerra na Ucrânia, a escalada dos conflitos no Médio Oriente e as alterações climáticas representam fatores de risco significativos, para o agravamento da saúde mental dos jovens. Desde logo, estando na base de transtornos de ansiedade;

V. Apesar dos esforços para reforçar a resposta ao nível da Saúde Mental, no Serviço Nacional de Saúde, as consultas de promoção ou intervenção apresentam, ainda, tempos de espera elevados. Revelando-se de difícil acesso, especialmente nos cuidados de saúde primários;

VI. Embora o setor privado apresente uma oferta diversificada, com tempos de resposta mais efetivos, acarreta custos avultados;



**VII.** É essencial desmistificar o estigma associado à doença mental, assim como o papel fundamental dos profissionais da área, o que pode ser alcançado através da informação e da sua aproximação à população.

**Destarte, propomos à Assembleia Municipal que aprove a presente Moção de Recomendação de:**

1. Criação de Gabinetes Locais de Psicologia, em todas Freguesias, ou de Unidades Móveis de Apoio à Saúde Mental, que permitam:

- Acesso a serviços de saúde mental, trazendo à Freguesia profissionais especializados na área;
- Realizar campanhas de combate ao estigma e conscientização, sobre a importância da saúde mental, que incentivem à procura de ajuda;
- Delinear, juntamente com os cuidados de saúde primários locais, programas de prevenção e apoio às famílias, que permitam identificar e intervir precocemente em situações de risco;
- Estabelecer parcerias com instituições locais, como empresas e organizações, de modo a ampliar o alcance das ações de promoção da saúde mental;
- Promover a inclusão social, através da criação de espaços de convivência e lazer, programas de capacitação profissional e apoio a grupos vulneráveis, como pessoas em situação de isolamento.

Solicitamos à mesa, caso a moção seja aprovada, que a mesma seja enviada ao Ministério da Saúde, à ULSAM e outras entidades competentes na matéria.

Melgaço , 22 de junho de 2024.

**Os deputados da Bancada Municipal do Partido Socialista,**

## **MOÇÃO**

### **Pelo cessar-fogo definitivo e imediato e reconhecimento do Estado da Palestina**

O conflito entre Israel e a Palestina é um dos mais antigos e complexos do mundo.

A 29 de novembro de 1947, foi aprovada em Assembleia Geral das Nações Unidas a Resolução número 181, intitulada de "Plano de Partilha da Palestina", na qual se avançou com a proposta de partilha da área do antigo mandato britânico da Palestina em duas zonas distintas, um estado israelita e um estado palestino. A 14 de maio de 1948, efetivou-se a criação do Estado de Israel. Mais de setenta anos se passaram e, por um lado, o povo palestino não tem ainda reconhecidos os seus direitos inalienáveis. Por outro lado, Israel é um Estado ocupante que mantém um regime de apartheid sobre os palestinos, negando-lhes o direito à sua autodeterminação e à soberania estatal. A ocupação de Israel viola o Direito Internacional e as resoluções da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Segurança, nomeadamente a Resolução 194 da Assembleia Geral e as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança, que estipularam a retirada militar de Israel das zonas ocupadas.

Oito meses se passaram desde a invasão dos territórios palestinos pelo Estado de Israel, na sequência de um ataque do Hamas, a 7 de outubro de 2023.

Segundo dados avançados pelo Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas, a 16 de junho de 2024, o número de mortos em Gaza era de 37.337 pessoas, 85.299 pessoas feridas, 520 mortos na Cisjordânia e em Jerusalém Ocidental pelas forças israelitas e ainda estão por contabilizar as pessoas que se encontram debaixo dos escombros. O conflito causou ainda quase 2 milhões de deslocados e 1.1 milhões de pessoas em situação de fome que, segundo a ONU, é "o número mais elevado alguma vez registado".

Para além disto, gerou ainda uma catástrofe ambiental, estimando-se que cerca de 92% da água na Faixa de Gaza é considerada imprópria para consumo humano.

Urge a entrada de assistência humanitária a todas as pessoas afetadas pelo conflito. Urge exigir o cessar-fogo imediato e definitivo. Urge a implementação da solução de dois estados. Esta é a solução defendida internacionalmente como condição necessária à paz e à segurança.

A 28 de maio de 2024, a Irlanda, a Noruega e a Espanha reconheceram formalmente a Palestina como um Estado, juntando-se aos 140 estados que já reconheciam o Estado palestino.

Em Portugal, as pessoas têm-se manifestado na rua, acompanhando as vozes que se fazem ouvir em todo o mundo. Os estudantes têm organizado acampadas estudantis em várias universidades exigindo o fim do massacre, reproduzindo aquilo que também já é um movimento internacional.

Portugal deve reconhecer oficialmente a existência de um Estado da Palestina, independente e soberano.

A 10 de maio deste ano, foram dados mais direitos ao Estado da Palestina nas Nações Unidas, aproximando a Palestina do estatuto de membro com plenos direitos.

**1**

**O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Melgaço, reunida em Sessão Ordinária no dia 22 de junho de 2024, delibere:**

I. Manifestar o seu profundo pesar pelas milhares de vidas perdidas pela escalada de violência na Palestina e em Israel;

- II. Exigir a entrada da ajuda humanitária necessária em Gaza e o levantamento do bloqueio que, desde 2006, transformou a faixa de Gaza numa prisão a céu aberto;
- III. Apelar a um cessar-fogo imediato e definitivo na Palestina;
- IV. Portugal reconheça a Palestina como estado independente, livre e soberano, tendo como interlocutora a Autoridade Palestiniana internacionalmente reconhecida;
- V. Reclamar a libertação de todos os presos palestinianos e todos os reféns israelitas.
- VI. Dar conhecimento desta moção às seguintes entidades:
- . Sua Excelência, o Presidente da República;
  - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
  - . Sua Excelência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros;
  - . Embaixada de Israel em Portugal.

Melgaço, 22 de junho de 2024

Os deputados da Bancada Municipal do Partido Socialista

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO  
QUANTO AO ASSUNTO Nº “9” DA “ORDEM DE TRABALHOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE  
22/06/2024

(“Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2023”)

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal analisou, aprofundadamente, as Contas Consolidadas das Empresas do Perímetro do Município de Melgaço.

A análise detalhada e crítica das contas foi explanada, de forma exaustiva, na intervenção feita em Assembleia por parte dos deputados Manuel José Rodrigues e Vítor Cardadeiro, que não se limitaram a discorrer sobre a débil “saúde” das contas municipais e do grupo empresarial do Município mas elencaram um conjunto de recomendações que se creem de vital importância para a inversão da tendência negativa que se vem registando e tendentes à correção que importa fazer e a uma futura evolução positiva.

A posição do Partido Social Democrata fundamenta-se, além do mais então referido, nas considerações que se passam a expor:

- **Gestão Financeira e Sustentabilidade:** Verificamos uma gestão financeira que consideramos inadequada, com práticas que não garantem a sustentabilidade a médio/longo prazo das empresas municipais “Melsport...” e “Cura Aquae...”. Retiramos desta equação a empresa “Quintas de Melgaço...”, embora, igualmente, com recomendações. Os elevados níveis de endividamento e a ausência de um plano estratégico claro para a redução da dívida e passivo e para se tornar as empresas autossuficientes, sem a contínua dependência da Câmara Municipal, são motivos de grande preocupação;

- **Eficiência e Racionalidade dos Gastos:** A análise das contas do conjunto empresarial revela gastos que julgamos excessivos e desproporcionados face à realidade económica do Município. Acreditamos que é necessário um maior rigor e eficiência na gestão dos recursos financeiros, com uma clara priorização das despesas em função das necessidades reais e urgentes da população de Melgaço;

- **Transparência nas Parcerias:** A falta de transparência nas parcerias estabelecidas pelas empresas municipais, nomeadamente a “Melsport...”, levanta sérias dúvidas sobre a integridade dos processos. O PSD defende uma gestão baseada em princípios de ética e transparência, garantindo que todos os procedimentos sejam conduzidos de forma clara. Subsistem dúvidas, designadamente, quanto ao valor total transferido pelo Município;

- **Impacto Socioeconómico Local:** As políticas de gestão das empresas municipais devem focar-se na promoção do desenvolvimento económico local e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Observamos, a este nível, uma desconexão entre a real situação estratégica do Município, das empresas Municipais e as reais necessidades da comunidade Melgacense. É fundamental alinhar as ações estratégicas das empresas municipais com os interesses e o bem-estar da população e com a aplicação criteriosa dos dinheiros públicos;

- **Prestação de Contas:** Defendemos uma gestão que preste contas de forma eficiente e transparente aos eleitos e aos Municípios, assegurando que todos os atos de gestão possam ser escrutinados e avaliados com rigor.

Tendo presente o aludido o Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Melgaço não pode dar o seu aval às contas consolidadas das empresas do perímetro do Município, uma vez que estas não cumprem os critérios e os requisitos que reputamos por exigíveis, tais como sustentabilidade, eficiência e responsabilidade.

O Município deve operar na construção de soluções que promovam uma gestão mais rigorosa e orientada para o desenvolvimento sustentável e harmonioso do concelho de Melgaço, designadamente aos níveis económico e social, centrando sempre a sua ação política e governativa nas pessoas.

Face ao exposto, o nosso sentido de voto só poderia ser “contra”.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço*

\*\*\*\*\*

**Assunto n.º 09 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 22 de Junho de 2024:  
“Análise e deliberação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas de  
2023”**

\*\*\*\*\*

**O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente o assunto em questão.**

De salientar que neste exercício se concluiu o processo de avaliação de infraestruturas e rede de abastecimento de água e saneamento do domínio público e privado e do domínio da rede viária do Município. Relativamente aos bens identificados e que não se encontravam reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, resulta o aumento da rubrica de Ativos Fixos Tangíveis e do Património, no valor de 33.274.186 euros, tendo influenciado negativamente o resultado líquido em cerca de 1.700mil euros, por via do aumento das depreciações e subsídios ao investimento imputados aos rendimentos.

Dado tratar-se de um documento, essencialmente contabilístico foi essencial para a nossa bancada o parecer técnico emitido pelos auditores e que se encontra anexo ao referido documento, mas do qual salientamos:

*“...Verificamos que a Melsport apresentou resultados antes de impostos positivos de 255€, **verificando-se assim o cumprimento da regra de equilíbrio prevista no artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto**. Verificamos que a empresa CURA AQUAE -Termas de Melgaço, EM, em 2023 apresentou nas respetivas contas finais Resultados Antes de Impostos nulo, **pelo que se encontra cumprido o objetivo do referido artigo 40º**. Verificamos que a empresa Quintas de Melgaço - Agricultura e Turismo, S.A. em 2023 apresentou nas respetivas contas finais Resultados Antes de Impostos positivo, **pelo que se encontra cumprido o objetivo do referido artigo 40º**.”*

**O Relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.”**

Melgaço, 23 de Junho de 2024

*PS*

Grupo Municipal do Partido Socialista